

O Banco Santander Brasil é um banco universal cuja orientação está voltada para as atividades do varejo. Buscamos expandir nossos negócios por meio de: 1) Preferência e Vinculação: produtos e serviços segmentados, simples e eficazes, que através de uma plataforma multicanal, buscam maximizar a satisfação de nossos clientes; 2) Recorrência e Sustentabilidade: crescimento dos negócios com maior diversificação de receitas e gestão rigorosa de risco em todos os momentos do ciclo de crédito; 3) Produtividade: intensa agenda de transformação produtiva alinhada com a transformação da indústria financeira; 4) Disciplina de Capital e Liquidez: para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.

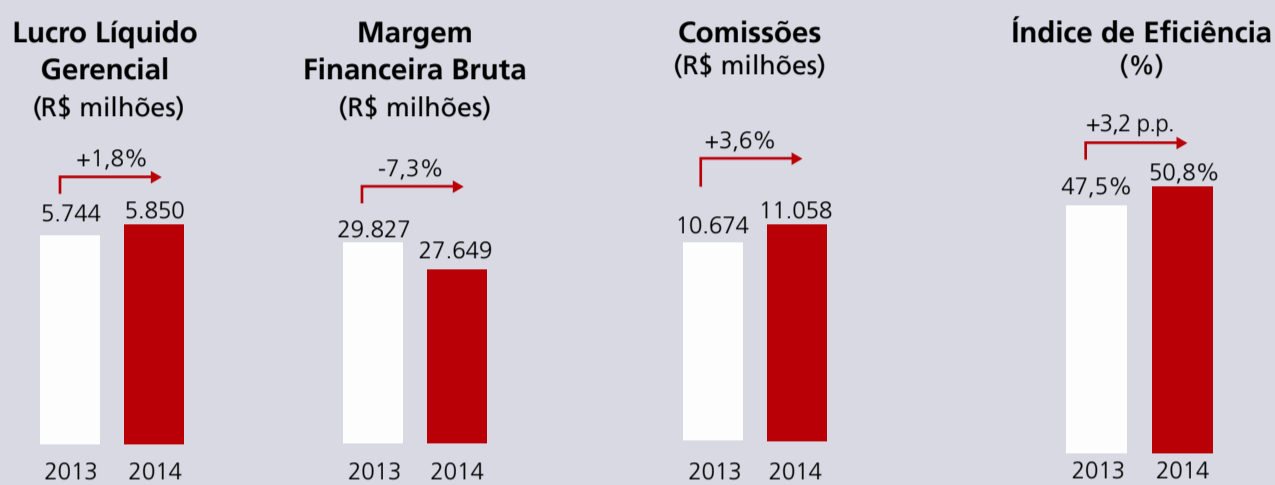
Além disso, outro fato que merece destaque é a atuação do Santander Brasil em sustentabilidade, que segue pautada nos três pilares fundamentais: Inclusão Social e Financeira, Educação e Gestão e Negócios Socioambientais.

No programa de Microcrédito, o Santander ocupa uma posição de destaque entre os bancos privados. Além disso, o Santander Brasil é o banco mais ativo em energia renovável do país e único banco a investir diretamente em projetos de energia eólica.

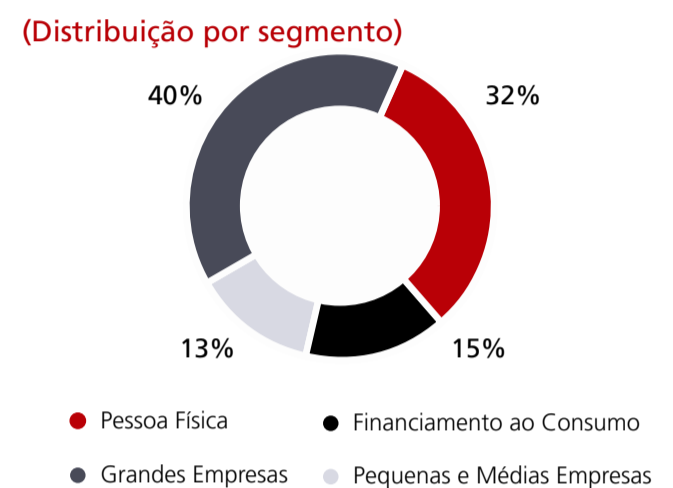
Outro aspecto importante da estratégia do Santander Brasil é a manutenção de níveis confortáveis de liquidez e cobertura. Ao final de dezembro de 2014, o índice de Basileia do Santander alcançou 17,5%, o que o posiciona como o banco mais capitalizado entre os grandes bancos de varejo no Brasil.

Ademais, é importante destacar que o modelo de negócios do Santander prevê que cada unidade subsidiária seja auto-suficiente em termos de funding e capital. O Santander Brasil só tem atividades comerciais com clientes brasileiros e empresas estrangeiras com atividade no país e, com isso, se propõe a participar de maneira ativa da manutenção do crescimento econômico do país.

Destaques do Período (BR GAAP)



Carteira de Crédito (%) Dezembro/14



Análise Gerencial' BR GAAP

	2014	2013	Var. 2014x2013	Var. 4T14x3T14
RESULTADOS (R\$ milhões)				
Margem Financeira Bruta	27.649	29.827	-7,3%	0,0%
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	11.058	10.674	3,6%	7,7%
Resultado da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.392)	(11.720)	-19,9%	-13,7%
Despesas Gerais ²	(16.749)	(16.297)	2,8%	3,2%
Lucro Líquido Gerencial³	5.850	5.744	1,8%	3,9%
Lucro Líquido Societário	2.161	2.107	2,6%	7,7%
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhões)				
Ativo total	589.956	485.866	21,4%	14,6%
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros	132.271	78.146	69,3%	29,5%
Carteira de crédito	245.514	227.482	7,9%	4,7%
- Pessoa física	78.292	75.254	4,0%	2,1%
- Financiamento ao consumo	36.756	37.849	-2,9%	0,6%
- Pequenas e médias empresas	31.767	33.712	-5,8%	2,4%
- Grandes empresas	98.699	80.667	22,4%	9,3%
Carteira de crédito ampliada ⁴	310.593	279.828	11,0%	6,0%
Captação de clientes ⁵	251.714	222.067	13,4%	3,5%
Patrimônio líquido final ⁶	50.453	53.446	-5,6%	-0,1%

	2014	2013	Var. 2014x2013	Var. 4T14x3T14
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)				
Retorno sobre o patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁶ - anualizado	11,5%	11,0%	0,5 p.p.	0,5 p.p.
Retorno sobre o ativo total médio excluindo ágio ⁶ - anualizado	1,2%	1,3%	-0,1 p.p.	-0,1 p.p.
Índice de Eficiência ⁷	50,8%	47,5%	3,2 p.p.	2,9 p.p.
Índice de Recorrência ⁸	66,0%	65,5%	0,5 p.p.	2,8 p.p.
Índice de Cobertura ⁹	17,5%	19,2%	-1,7 p.p.	-1,3 p.p.
INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA (%)				
Índice de Inadimplência (acima de 90 dias)	3,3%	3,7%	-0,4 p.p.	-0,4 p.p.
Índice de Inadimplência (acima de 60 dias)	4,1%	4,6%	-0,5 p.p.	-0,4 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	180,0%	179,4%	0,5 p.p.	9,8 p.p.
OUTROS DADOS				
Fundos ¹⁰ (R\$ milhões)	164.111	144.942	13,2%	1,6%
Nº de Cartões de Crédito e Débito (mil)	56.355	53.221	5,9%	1,1%
Agências	2.252	2.313	(61)	9
PABs	1.160	1.253	(93)	(24)
Caixas eletrônicos - próprios	14.856	16.958	(2.102)	(323)
Caixas eletrônicos - compartilhados (Banco 24H)	18.203	15.605	2.598	429
Total de Clientes (mil)	31.093	29.512	1.581	313
Funcionários	49.309	49.621	(312)	(172)

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, o efeito do hedge fiscal e outros ajustes.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio. Despesa de pessoal inclui PLR.

3. Lucro Líquido Gerencial corresponde ao lucro líquido societário mais 100% da reversão da despesa de amortização do ágio, ocorrida no período. A despesa de amortização do ágio foi de R\$ 3.689 milhões no 2014, R\$ 3.637 milhões no 2013, R\$ 943 milhões no 4T14 e R\$ 927 milhões no 3T14.

4. Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados a atividades de aquisição e avais e fianças).

5. Inclui Poupança, Depósitos à vista, Depósitos a prazo, Debêntures, LCA, LCI, Letras Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas.

6. Exclui 100% do saldo do ágio (líquido de amortização), que no 4T14 foi R\$ 6.867 milhões, 4T13 R\$ 9.374 milhões e 3T14 foi R\$ 7.817 milhões.

7. Eficiência: Despesas Gerais/(Margem Financeira Bruta + Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias + Despesas Tributárias + Outras Receitas/Despesas Operacionais).

8. Recorrência: (Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias) / Despesas gerais.

9. Índice segundo critério do Banco Central.

10. De acordo com o critério da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Desenvolvimento Sustentável

Sustentabilidade para o Santander é parte estratégica dos negócios. É um compromisso que se concretiza com a inserção do tema em nosso modelo de atuação, fomentando a inclusão social e financeira, investindo na melhoria da educação e fazendo negócios que promovam resultados para o banco e para todos. Este compromisso, a estratégia e as iniciativas de sustentabilidade do Santander levaram o banco a integrar em três índices de referência para investimentos socialmente responsáveis: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&F Bovespa (pelo quinto ano consecutivo) e o Global Compact 100, um índice que reúne ações de empresas comprometidas com os dez princípios do Pacto Global da ONU. Em 2014, o banco obteve importantes reconhecimentos internacionais com o programa pioneiro Reduza e Compense CO₂, reconhecido pelo Prêmio BeyondBanking, concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Ethical Awards, concedido pelo Ethical Corporation.

Para mais informações acesse:

<http://www.santander.com.br/sustentabilidade>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decorso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação por parte do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). O pagamento da restituição de recursos aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direto Restituição de Recursos desde 15 de janeiro de 2014.

Emissão de Notas

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$6 bilhões. A emissão das Notas ocorreu em 29 de janeiro de 2014 tendo sido totalmente integralizada pelos acionistas do Banco.

As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1.247 bilhões, equivalente a R\$3 bilhões; (b) Taxa de Juros: 3,75% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014; (e) Discricionariedade: o Banco Santander pode cancelar a distribuição de juros a qualquer momento, por um período limitado, sem direito de acumulação, sem que a referida suspensão seja considerada como evento de default (f) Subordinação: no caso de insolvência, sua liquidação financeira está subordinada a todos os instrumentos de capital Nível II. As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1.247 bilhões, equivalente R\$3 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

Em 15 de abril de 2014, o Bacen emitiu aprovação para que as Notas compoñham o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander desde a data de sua emissão.

Bonificação e Grupamento de Ações

Com o objetivo de eliminar a negociação em centavos das ações SANB3 (ordinárias) e SANB4 (preferenciais), aumentar a liquidez e reduzir os custos de transação das mesmas, em 18 de março de 2014, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram: (a) a bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais para os acionistas do Banco, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária (SANB3) ou ação preferencial (SANB4), o que resulta em uma participação de bônus de 5 (cinco) ações preferenciais para cada Unit (SANB11), mediante aumento do Capital Social no montante de R\$172 milhões em contrapartida a conta de Reservas; e (ii) grupamento (inplit) da totalidade das nossas ações ordinárias e ações preferenciais em uma proporção de 1:55, sendo que para cada 55 ações ordinárias e 55 ações preferenciais corresponderão 1 ação ordinária e 1 ação preferencial, respectivamente e, como resultado, cada Unit (SANB11) será composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial.

Em 23 de abril de 2014, o Banco publicou Aviso aos Acionistas para comunicar aos acionistas que o Bacen homologou a ata da AGE realizada em 18 de março de 2014, que aprovou a bonificação e grupamento de ações e o ajuste na composição das Units. Esses eventos foram implementados em 2 de junho de 2014.

Oferta Pública de Permuta

Em 29 de abril de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que foi comunicado por seu acionista controlador indireto, Banco Santander Espanha, que este lançaria uma oferta voluntária no Brasil e nos Estados Unidos da América para permuta de até a totalidade das ações do Banco que não sejam de titularidade do Banco Santander Espanha, as quais representavam cerca de 25% do capital do Banco, com a entrega de ações de emissão do Banco Santander Espanha em pagamento. Em decorrência da Operação, o Banco continuaria a ser uma companhia aberta listada na BM&FBovespa, mas sairia do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, passando a estar listado em seu segmento tradicional.

Em 9 de junho de 2014, foi realizada AGE, onde foram deliberadas as seguintes matérias: (a) a saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa; e (b) escolha da empresa especializada N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. a ser contratada para elaboração de laudo de avaliação do valor econômico do Banco, para fins da Oferta de Permuta e da consequente Saída do Nível 2. Em 13 de junho de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que o Laudo de Avaliação elaborado por N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. foi devidamente encaminhado, para a: (i) CVM; (ii) BM&FBovespa; e (iii) U.S. Securities and Exchange Commission - SEC. Ademais, informou que o pedido de registro da Oferta de Permuta havia sido protocolado na CVM, na mesma data.

Em 2 de outubro de 2014 o Conselho de Administração do Banco emitiu parecer sobre a Oferta e o Banco arquivou na U.S. Securities and Exchange Commission a sua posição sobre referida transação por meio do Schedule 14D-9. Em 16 de outubro de 2014 o Banco Santander Espanha e o Banco Santander informaram ao mercado que foi ajustada a relação de permuta da Oferta, prevista no Edital da Oferta publicado em 18 de setembro de 2014. Em conformidade com o Edital da Oferta, a relação de permuta, e consequentemente a quantidade de BDRs a que daria direito cada Recibo de Subscrição, foi ajustada de 0,70 BDR para cada Unit e 0,35 BDR para cada ação, seja ordinária ou preferencial, para 0,7152 BDR para cada Unit e 0,3576 BDR para cada ação, seja ação ordinária ou ação preferencial, em função da remuneração declarada pelo Banco Santander Espanha em 16 de outubro de 2014, no âmbito do programa Santander Dividendo Eleição, com data-base de apuração de posição acionária para pagamento (record date) em 17 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, o Banco em conjunto com o Banco Santander Espanha publicou Fato Relevante a respeito do resultado do Leilão da Oferta, realizado em 30 de outubro de 2014. O Banco Santander Espanha adquiriu 1.640.644 ações e 517.827.702 Units, representativos, em conjunto, de 13,65% do capital social do Banco, de modo que a participação do Grupo Santander no Banco passou a ser de 88,30% de seu capital social total, 88,87% de suas ações ordinárias e 87,71% de suas ações preferenciais, considerando também os American Depositary Receipts - ADRs representativos de Units adquiridos na Permuta nos EUA. Como consequência da Oferta, as ações do Banco deixaram de ser listadas no Nível 2 da BM&FBovespa, passando a ser negociadas no segmento tradicional da bolsa.

2.5) Índice de Basileia

Em março de 2013, o Bacen tornou público às normas relacionadas à definição de capital e aos requerimentos de capital regulamentar com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia : Basileia III. Os principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia; (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável, e ainda (v) aprimorar as práticas de gestão e governança de riscos, aumentar a transparência disclosive.

A aplicação das novas regras de Basileia III foi iniciada a partir de 1 de outubro de 2013; e em 31 de outubro de 2013, foi editado um segundo conjunto de regras, que complementam e aprimoram o primeiro grupo. A aplicação será gradual e algumas destas alterações passaram a vigorar em dezembro de 2013; as mudanças são referentes à definição de capital. Dentre as alterações, uma diferença importante é o phase-in de dedução de capital na base de cálculo do capital regulatório, que terá a sua dedução integral até o ano de 2019.

Em julho de 2014, houve uma revisão nas exigências referentes ao Risco de Crédito, que alterou os parâmetros de Classificação de Varejo e o fator de ponderação de risco (FPR) deste segmento.

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia, na forma estabelecida pelo Bacen, e considera: (a) Risco de Crédito – parcela de exigência de capital para a exposição de ativos e compromissos de crédito, ambos ponderados por fator de risco, considerando a mitigação de risco pela utilização de garantias; (b) Risco de Mercado – parcelas de exigência de capital para as exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros; do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação; e de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação; e (c) Risco Operacional – exigência de parcela específica de capital.

O Banco Santander, de acordo com a Circular Bacen 3.678/2013, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com maior detalhamento da estrutura e metodologias no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

ÍNDICE DE BASILEIA %	Dez/13	Dez/13
Índice de Basileia - consolidado	17,5	19,2

2.6) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014 das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro líquido	Carteira de crédito (1)
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	55.576,1	5.261,9	461,0	2.266,9
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	30.257,8	1.296,9	318,0	27.451,2
Santander Brasil, Estabelecimento Financeiro de Crédito, S.A.	3.221,8	2.501,7	62,9	2.767,6
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	849,9	402,3	58,4	0,9

(1) Inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

3) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. ("Super")

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento ("Acordo") no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super correspondente a 50% do seu capital total e volante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Bacen (obtida em 02 de dezembro de 2014), a Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super em R\$31.128, mediante a emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias. O Conglomerado Santander tem o controle desta sociedade.

b) Incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (atual denominação social da Santander Getnet)

A Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. adquiriu a totalidade das ações de emissão da Getnet em 31 de julho de 2014, nos termos do Fato Relevante divulgado em 7 de abril de 2014. Todas as condições referentes à aquisição foram atendidas junto aos órgãos reguladores, sendo a aquisição da Getnet aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 3 de junho de 2014, e pelo Bacen, em 23 de julho de 2014.

Nas AGEs de 31 de agosto de 2014, os acionistas das Companhias aprovaram a incorporação da Getnet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Getnet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Protocolo) de 29 de agosto de 2014.

Pelo Protocolo, a Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. recebeu pelo valor contábil a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Getnet no valor total de R\$42.895, a qual foi extinta e sucedida pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em todos os seus direitos e obrigações (Incorporação). Tendo em vista que a totalidade das ações de emissão da Getnet são de propriedade da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A., não houve aumento do capital social da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em decorrência da aprovação da Incorporação, de modo que o acervo líquido da Getnet foi registrado na Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em contrapartida da conta de investimentos.

A implementação da Incorporação representa uma etapa relevante do processo de simplificação, integração e consolidação das operações de captura e processamento das atividades de meios de pagamento do Grupo Santander no Brasil. As vantagens da nova estrutura são maior flexibilidade na gestão do negócio com nova abordagem comercial mais completa e aumento da alavancagem operacional com ganhos de escala.

A Incorporação se deu com base no Balanço de 31 de julho de 2014, especialmente elaborado para fins da Incorporação e as variações patrimoniais verificadas entre 1 de agosto de 2014 a 31 de agosto de 2014 foram apropriadas pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Balanço Patrimonial Resumido em 31 de Julho de 2014

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	272.491	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	396.205
Disponibilidades	21.720	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.574
Outros Créditos	247.388	Obrigações por Empréstimos	169.702
Outros Valores e Bens	3.383	Outras Obrigações	221.929
Ativo Permanente	166.609	Patrimônio Líquido	42.895
Investimentos	6.129		
Imobilizado	99.674		
Intangível	60.806		
Total	439.100	Total	439.100

(c) Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

No dia 30 de julho de 2014 o Banco, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado ("Entidade").

Uma vez atendidas as condições suspensivas para a conclusão da operação, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes, o Banco Bonsucesso transferirá para a entidade seu negócio de crédito consignado e cartão de crédito consignado, e o Santander Brasil, através da Aymoré, investirá R\$460 milhões na entidade e passará a ter uma participação no capital social da entidade de 60%, tornando-se o acionista controlador, permanecendo o Banco Bonsucesso com a parcela remanescente do capital social (40%).

A associação foi aprovada pelo CADE no dia 2 de setembro de 2014 e ainda está pendente de aprovação pelo Bacen e Banco de Espanha.

d) Investimento na iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (iZettle do Brasil)

Em 18 de julho de 2014, o Banco passou a deter uma participação de 50% no capital social da iZettle do Brasil, mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R\$17.240, o qual foi autorizado pelo Bacen em 3 de junho de 2014.

Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, o Banco Santander através de um aumento no capital social da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (atual denominação social da Santander Getnet) transferiu a valor contábil a totalidade das 5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da iZettle do Brasil por ele detidas, no montante de R\$17.240 ao capital social da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

A iZettle do Brasil é uma empresa de origem sueca que atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. Essa parceria foi

realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012 entre Banco Santander Espanha e a iZettle na Suécia com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México.

Uma das soluções desenvolvidas pela iZettle permite aos estabelecimentos comerciais acilarem pagamentos com cartões, por meio de smartphones ou tablets, através da utilização de uma aplicação gratuita acoplada a um leitor de cartões, convertendo assim o aparelho em um POS (terminal de aceitação de cartões de crédito/débito). O objetivo da parceria é permitir ao Banco atuar no mercado brasileiro de aceitação de pagamentos com foco direcionado para microcomércio e pessoas físicas, com uma solução inovadora, segura e agregada a uma oferta simples.

e) Novo Acordo de Acionistas da TecBan

No dia 18 de julho de 2014, foi publicado Comunicado ao Mercado para informar que os principais bancos de varejo do país, dentre eles o Banco Santander, por meio de uma de suas subsidiárias, ("Acionistas"), assinaram em 17 de julho de 2014, um novo Acordo de Acionistas da TecBan ("Novo Acordo de Acionistas"). O Novo Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 anos contados de sua entrada em vigor, os Acionistas deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autotendimento ("ATA") pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TecBan, gerando aumento de eficiência, bem como, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. A entrada em vigor do Acordo de Acionistas deu-se em 14 de novembro de 2014 e estava sujeita a algumas condições suspensivas, dentre elas a aprovação dos órgãos reguladores competentes.

Em novembro de 2014, a Santander Serviços alienou 1,16% da sua participação nesta sociedade.

f) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (atual denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Em 19 de junho de 2014, o Banco publicou Comunicado ao Mercado para informar aos seus acionistas que foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.). A Operação está inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha, fundos de investimento do Warburg Pincus LLC, empresa líder de private equity, e o fundo soberano de Singapura Temasek. De acordo com os termos da parceria, Banco Santander Espanha detém 50% de uma sociedade holding que integrará os negócios de custódia das unidades do Grupo Santander localizadas na Espanha, no Brasil e no México. Os fundos do Warburg Pincus e Temasek detêm conjuntamente 50% da sociedade holding.

A conclusão da Operação de venda está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a celebração de contratos definitivos e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

g) Venda das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, Atividade Desenvolvidas pela Santander Brasil Asset

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander concluiu a operação de venda de seu negócio de gestão de recursos de terceiros, atualmente desenvolvido pelo Santander Brasil Asset ("Operação"), operação esta, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013, inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha e as líderes mundiais da área de private equity, Warburg Pincus e General Atlantic., a qual tem por finalidade impulsionar o crescimento global de sua unidade de gestão de recursos de terceiros. Essa Operação gerou um ganho ao Banco Santander de R\$2.008 milhões antes dos impostos (efeito tributário de R\$803 milhões).

Como parte do negócio, o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Santander Brasil Asset, sendo que, no âmbito da Operação, a atividade de gestão de recursos de terceiros, então concluída pela Santander Brasil Asset, foi segregada da atividade de distribuição de fundos de terceiros e transferida para uma gestora constituída para esse fim ("Gestora").

Ainda como parte da Operação, foi celebrado entre a Gestora e o Banco Santander um acordo comercial estabelecido as regras gerais relativas à gestão e a distribuição de produtos e serviços aos clientes do Banco Santander. O Banco Santander permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

h) Segregação das Participações em Sociedades que Prestam Serviços Complementares Aqueles Prestados por Instituições Financeiras

Com o objetivo de segregar as participações societárias em entidades que prestam serviços complementares aos serviços financeiros prestados pelo Banco Santander, foram efetuados os seguintes atos:

- Cisão parcial da Santander Participações, com versão do acervo cindido para a Santander Serviços ("Cisão Parcial"), aprovada pelos acionistas em AGE ocorrida em 31 de dezembro de 2012. O acervo cindido correspondeu aos investimentos na própria Santander Serviços e na Webmotors S.A. A cisão parcial deu-se por meio da transferência do acervo líquido contábil da Santander Participações para o capital social da Santander Serviços, com base no balanço auditado levantado em 30 de novembro de 2012. As variações patrimoniais verificadas entre a data base do referido balanço patrimonial e a data de efetivação da cisão parcial foram reconhecidas e escrituradas diretamente na Santander Serviços;

- Aumento do capital social da Santander Serviços em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$371 milhões, com a emissão de 113.803.980 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela sociedade localizada na Espanha Santusa Holding, S.L. ("Santusa"), sociedade de investimento controlada pelo Banco Santander Espanha. Após esta operação, o capital social da Santander Serviços passou a ser detido pelo Banco Santander e Santusa, na proporção de 60,65% e 39,35%, respectivamente;

- Aquisição pela Santander Serviços de ações de emissão da sociedade Tecnologia Bancária Brasil (TecBan) detidas pela Santusa conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes no dia 21 de janeiro de 2013. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da TecBan, foi autorizada pelo Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012, e efetivada em 27 de março de 2013.

i) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. Em 30 de setembro de 2014, foram transferido os investimentos nas entidades de energia eólica para esta rubrica, baseado no plano de alienação, cuja condição atual é altamente provável, conforme aprovação pela Administração do Banco Santander, em observância ao requerido pelo CPC 31.

O total de ativos não-correntes mantidos para venda totaliza R\$397.029, e os valores de passivos diretamente associados a ativos não-correntes mantidos para a venda totalizam R\$43.869.

j) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes eventos societários:

- Constituição da sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, em 28 de setembro de 2012, que tem por objeto social exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil;
- Aquisição em 21 de janeiro de 2013 pela Webmotors, de 100% do capital social da Ideia Produções;
- Cisão parcial da Webmotors com a redução do seu capital social em 30 de abril de 2013 e consequente constituição de uma nova sociedade nomeada Webcasas S.A.;
- Foi celebrado no dia 21 de junho de 2013 entre a Webmotors e a Carsales.com o Share Subscription Agreement ("Acordo") tendo por objetivo a participação da Carsales no capital social da Webmotors S.A. ("Operação"). Assim, a Carsales.com adquiriu novas ações do capital social da Webmotors S.A., que representam 30% de seu capital total, pelo valor de R\$180 milhões. Essa transação gerou ganho na Santander Serviços de R\$120 milhões referente a variação no percentual de participação no capital da Webmotors S.A. em razão do ingresso da Carsales.com Investments PTy Ltd no seu capital social;
- Redução do capital social da Santander Leasing, em 4 de janeiro de 2013, no valor de R\$5 bilhões, sem alteração do número de ações;
- Alienação em 22 de novembro de 2013 pelo Banco Santander, de 100% das ações da MS Participações Societárias S.A. pelo valor de R\$47,2 milhões para Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., seguida pela alienação em 28 de dezembro de 2013 pela Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., desta participação para Elincasio, S.L.;
- Em 28 de fevereiro de 2014, o Banco Santander exerceu uma opção de compra para adquirir 97.669 ações ordinárias de emissão da BW Guirapá I S.A., alcançando a totalidade de 252.311 ações representativas do seu capital social.
- Em 7 de março de 2014 foi concluída a aquisição, pela sociedade Webmotors S.A., de 100% do capital social da KM Locanet Ltda - ME (Compreauto).
- Em 9 de setembro de 2014 foi assinado, pela Webmotors S.A., um contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda. - ME ("Contrato") ("Aquisição"). O fechamento da Aquisição está condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Contrato, inclusive a aprovação prévia pelo Bacen.

4) Estratégia

O Banco Santander é um banco universal com foco nas atividades do varejo, que busca expandir seus negócios por meio de:

- Preferência e Vinculação: produtos e serviços segmentados, simples e eficazes, que através de uma plataforma multicanal, buscam maximizar a satisfação de nossos clientes;
- Recorrência e Sustentabilidade: crescimento dos negócios com maior diversificação de receitas e gestão rigorosa de risco em todos os momentos do ciclo de crédito;
- Produtividade: intensa agenda de transformação produtiva alinhada com a transformação da indústria financeira;
- Disciplina de Capital e Liquidez: para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.

Assim para melhor atender às necessidades dos clientes, o Banco segmenta em Pessoas Físicas, Financiamento ao Consumo, PMEs e Corporate. Nos segmentos de Financiamento ao Consumo e Corporate o Banco conta com uma estrutura robusta, permitindo obter melhor desempenho. O foco está direcionado, portanto, no fortalecimento dos segmentos de pessoa física e PMEs. Em 2014 o Banco obteve avanços importantes, dentre os quais merecem destaque:

- Reformulação dos canais com a criação do conceito de "multicanalidade", que é a proposta de aprimorar a experiência dos clientes com processos mais simples e acessíveis. Nesse sentido, destaca-se o lançamento das versões atualizadas do App "Minha Conta", o novo Internet Banking e o caixa eletrônico específico para saques em dólares;
- Aquisição de 50% do SuperBank, uma plataforma digital que oferece a venda de produtos e serviços financeiros para o segmento de pessoa física, com uma estrutura mais eficiente, através de cartão pré-pago;
- Lançamento do Santander Conta Conecta, conta corrente destinada aos segmentos de pessoas físicas e PMEs, que oferece um dispositivo que permite receber pagamentos com cartões nos smartphones e tablets;
- Fortalecimento do negócio de Adquirência, com a conclusão da operação de aquisição de GetNet Banco Santander participa indiretamente com 88,5%;
- Lançamento do Pague Direto, que oferece uma solução orientada ao segmento de PMEs e permite aos estabelecimentos comerciais pagar seus pedidos com o seu maquininha Santander de forma mais prática, rápida e segura;
- Parceria com o Banco Bonsucesso S.A., para alavancar as atividades de consignado, além de ampliar a oferta de produtos e de melhorar a capacidade de distribuição e comercialização;
- No final de 2014, o Banco lançou o "Modelo Comercial CERTO", que consiste em oferecer mais simplicidade e dedicação comercial aos clientes. O modelo conta com uma plataforma única de gestão comercial com ferramentas mais integradas e alinhadas com uma "visão cliente", que favorecerá o aumento dos negócios, da eficiência e do foco no cliente.

Outro aspecto importante da estratégia do Banco Santander é a manutenção de níveis confortáveis de liquidez, cobertura e capital. Ao final de dezembro de 2014, a relação entre a carteira de empréstimos e a captação de clientes, alcançou 97,5% e o índice de cobertura atingiu 180,0%. O índice de Basileia do Banco Santander ficou em 17,5%, mantendo a posição de banco de varejo mais capitalizado do Brasil.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

Ratings	Escala Global		Escala Nacional	
	Moeda Local	Moeda Estrangeira	Nacional	
AGÊNCIA RATINGS	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (perspectiva)	BBB + (estável)	F2	BBB + (estável)	F2
Standard & Poor's (perspectiva)	BBB - (estável)	A-3	BBB - (estável)	A-3
Moody's (perspectiva)	Baa2 (negativa)	Prime-2	Baa2 (negativa)	Prime-2
			Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas Agências de Ratings.

6) Governança Corporativa

Em 2 de outubro, o Conselho de Administração do Banco emitiu parecer favorável à aceitação da Oferta de Permuta e da consequente saída do Banco do segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBovespa denominado Nível 2 de Governança Corporativa, conforme aprovado pelos acionistas do Banco na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de junho de 2014.

Em 28 de outubro, o Conselho de Administração do Banco aprovou a eleição do Sr. José de Paiva Ferreira como membro do Comitê de Riscos.

Em 3 de novembro, o Conselho de Administração do Banco aprovou novo programa de recompra de certificados de depósito de ações ("Units") ou de American Depositary Receipts ("ADRs"), representativas, cada uma, de 1 ação ordinária e 1 ação preferencial de emissão do Banco, ou de ADRs, pelo Banco ou por sua agência em Cayman; para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

Em 26 de novembro, o Conselho de Administração do Banco aprovou: (i) a Política de Responsabilidade Socioambiental e seu respectivo plano de ação, bem como indicou o Sr. Carlos Alberto Seiji Nomoto, como Diretor responsável; (ii) a instalação da Ouvidoria do Banco, Sra. Maria Lúcia Ettore do Valle, com mandato até 21 de dezembro de 2015; (iii) a proposta de alteração do Regimento Interno do Comitê de Riscos; (iv) o calendário de reuniões do Conselho de Administração para o exercício social de 2015; e (v) o Plano de Investimento de Longo Prazo para o ano de 2014.

Em 1 de dezembro, o

7) Gestão de Riscos

7.1) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme prudente padrão de gestão de riscos e, sempre respeitando o ambiente normativo e regulatório local.

Suas principais atribuições são:

- Integrar e adaptar a cultura de riscos do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, previamente aprovados pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras;
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão, modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura organizacional da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas comerciais, é composta por núcleos responsáveis pelo gerenciamento do risco de crédito, risco de mercado e riscos não financeiros.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam, sob o ponto de vista de gestão de portfólios, por segmento.

Uma diretoria específica tem como missão consolidar os portfólios e respectivos riscos, subsidiando a direção com a visão integrada. Além dessa atribuição, também é responsável pelo atendimento aos reguladores, auditores externos e internos assim como à matriz do Grupo Santander na Espanha.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. Para este fim, a gestão de capital, Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados. O Banco Santander utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander Espanha.

Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

7.3) Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandarizados).

7.4) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, entre outras. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, alinhadas aos objetivos locais quanto ao nível de tolerância e predisposição ao risco.

Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

• Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value at Risk (VaR) (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

O gerenciamento de risco socioambiental em fornecedores é realizado ao longo do processo de compras e está fundamentado nos 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas que considera itens como: direitos humanos, condições de trabalho, questões socioambientais e éticas. Para participar de um processo de concorrência, a empresa deve manifestar que respeita estes princípios. Durante a homologação é realizada uma avaliação técnica que inclui critérios sociais e ambientais. Além desta etapa, os fornecedores classificados na categoria de alto impacto, passam por uma avaliação mais detalhada sobre os aspectos operacionais, administrativos financeiros, fiscais, legais, de governança, sociais e ambientais. Esta etapa inclui uma visita para verificar as evidências e respostas fornecidas durante a avaliação.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

A Superintendência de Riscos não Financeiros do Banco Santander é subordinada a VP de Riscos e possui estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, que asseguram um modelo de gestão adequado que visa a identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos eventos e perdas decorrentes dos riscos operacionais. Adicionalmente, a prevenção aos riscos operacionais e tecnológicos que fortalecem o sistema de controles internos e atendem às determinações dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basileia - BIS II e exigências da Lei Sarbanes-Oxley. Este modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha que são fundamentadas no Enterprise Risk Management do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

Os procedimentos desenvolvidos e adotados tem o objetivo de posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras com as melhores práticas de gerenciamento dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez, sustentabilidade e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando a responsabilidade pela melhoria contínua da cultura e estrutura da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, visando assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2013, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, foi concluída em abril de 2014 e não identificou qualquer deficiência significativa ou fraqueza material. A revisão de 2014 está em andamento com previsão de conclusão em abril de 2015.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo do ano de 2014, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2014.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco de cada área, considerando seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo do ano de 2014, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2014, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander no melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os profissionais.

Os profissionais são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com profissionais engajados, motivados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios conosco e à marca Santander.

O Banco tem uma equipe talentosa e engajada, sendo mais de 49 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca profissionais que gostam de desafios e querem ir cada vez mais longe. Através dos diversos diferenciais de se trabalhar na Organização, oferecemos apoio e as condições necessárias para que cada um faça seu trabalho cada vez melhor.

• **Um ambiente que incentiva cada um a fazer o melhor pelo cliente:** O Banco Santander incentiva um ambiente dinâmico, desafiador e estimulante, focado em sempre atender às necessidades dos clientes.

• **Um ambiente que valoriza as novas ideias:** a cultura do Banco reforça o valor das novas ideias, por isso se interessa em ouvir as contribuições dos profissionais e estimula-se o pensamento criativo e inovador para, juntos, termos as melhores e mais eficientes soluções.

• **Um ambiente onde todos fazem a diferença:** O Banco reconhece as contribuições e as diferenças individuais, mas, acima de tudo, valoriza o trabalho em equipe, porque tem certeza de que a atuação conjunta contribui para a satisfação dos clientes e para a conquista de melhores resultados.

• **Um ambiente de oportunidades e desenvolvimento:** O Banco reconhece o potencial dos profissionais, por isso oferece oportunidades, investimos no desenvolvimento e oferece o apoio necessário para o crescimento profissional e pessoal das Pessoas.

9) Desenvolvimento Sustentável

Sustentabilidade para o Banco Santander é parte estratégica dos negócios. É um compromisso que se concretiza com a inserção do tema em nosso modelo de atuação, fomentando a inclusão social e financeira, investindo na melhoria da educação e fazendo negócios que promovam resultados para o banco e para todos. Este compromisso, a estratégia e as iniciativas de sustentabilidade do Banco Santander levaram o banco a integrar dois índices de referência para investimentos socialmente responsáveis: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa (pelo quinto ano consecutivo) e o Global Compact 100, um índice que reúne ações de empresas comprometidas com os dez princípios do Pacto Global da ONU. Além disso, o banco se destaca no programa de Microcrédito, no qual ocupa uma posição de destaque entre os bancos privados. Ademais, o Banco Santander é o banco mais ativo em energia renovável do país e o único banco a investir diretamente em projetos de energia eólica.

No primeiro semestre de 2014, o Bacen publicou a Resolução 4.327, que estabelece a implementação de uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Santander já adota uma série de práticas estabelecidas pela Resolução e está trabalhando em um plano de ação para atendimento integral à nova regulamentação, de acordo com o cronograma disposto na referida Resolução.

Em 2014, o Banco foi reconhecido pela revista Dinheiro, por integrar o ranking "50 empresas do bem", e também pelas iniciativas de mobilidade da Torre Santander. Também em 2014, o Banco ficou em primeiro lugar entre as instituições financeiras do BRICS com nota máxima na subcategoria Crédito Responsável do relatório Banks & Responsible Finance, da consultoria Sustainalytics. Além disso, com o programa pioneiro Reduzir e Compensar CO2 fomos reconhecidos pelo Prêmio BeyondBanking, concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Ethical Awards, concedido pelo Ethical Corporation.

10) Auditoria Independente

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no exercício findo de 31 de dezembro de 2014, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

O Conselho de Administração A Diretoria Executiva

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 02/02/2015).

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 01/01 a			
		31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013
Receitas da Intermediação Financeira		37.594.959	64.932.872	54.313.805	
Operações de Crédito		20.427.827	34.916.695	33.837.944	
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	2.985	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	14.692.358	24.352.271	17.867.744	
Resultados com Instrumentos Financeiros Derivativos		74.588	721.273	466.825	
Resultado de Operações com Câmbio		880.900	1.751.344	(212.568)	
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		16.216	22.096	56.758	
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.483.070	3.169.193	2.294.117	
Despesas da Intermediação Financeira		(32.234.346)	(51.165.115)	(41.847.784)	
Operações de Captação no Mercado	17.d	(22.460.215)	(37.053.215)	(26.251.337)	
Operações de Empréstimos e Repasses		(4.370.995)	(3.438.217)	(2.728.857)	
Operações de Arrendamento Mercantil		(692)	(1.258)	-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.402.444)	(10.672.425)	(12.867.590)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		5.360.613	13.767.577	12.466.021	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(6.378.695)	(12.327.116)	(13.315.711)	
Receitas de Prestação de Serviços	26	3.737.844	7.241.626	6.956.705	
Rendas de Tarifas Bancárias	26	1.194.434	2.369.355	2.399.088	
Despesas de PESSOAL	27	(3.141.811)	(5.962.770)	(5.944.297)	
Outras Despesas Administrativas	28	(6.284.339)	(12.274.421)	(12.212.311)	
Despesas Tributárias	29	(1.249.940)	(2.687.448)	(2.467.983)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	703.724	1.291.145	967.314	
Outras Receitas Operacionais	30	1.592.535	2.813.366	1.828.863	
Outras Despesas Operacionais	31	(2.931.142)	(5.117.969)	(4.843.090)	
Resultado Operacional		(1.018.082)	1.440.641	(849.690)	
Resultado não Operacional		32	96.411	143.149	1.133.623
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(921.671)	1.583.790	283.933	
Imposto de Renda e Contribuição Social		33	2.449.231	1.509.259	2.230.544
Provisão para Imposto de Renda		135.657	(392.599)	(7.881)	
Provisão para Contribuição Social		99.025	(198.696)	(134.569)	
Ativo Fiscal Diferido		2.214.549	2.100.554	2.372.994	
Participações no Lucro		(415.249)	(940.145)	(888.919)	
Lucro Líquido		1.112.311	2.152.904	1.625.558	
No de Ações (Mil)	23.a	7.541.616	7.541.616	7.563.696	
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		147,49	285,47	214,92	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 01/01 a			
		31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	
Receitas da Intermediação Financeira		64.932.872		54.313.805	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	26	9.610.981		9.355.793	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(10.672.425)		(12.867.590)	
Outras Receitas e Despesas		(50.021)		841.420	
Despesas da Intermediação Financeira		(40.492.690)		(28.980.194)	
Insumos de Terceiros		(6.169.436)		(6.511.754)	
Material, Energia e Outros		(247.718)		(260.361)	
Serviços de Terceiros	28	(2.196.915)		(2.115.250)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	31	(10.879)		(349.030)	
Outros		(3.713.924)		(3.787.113)	
Valor Adicionado Bruto		17.159.281		16.151.480	
Retenções		-		-	
Depreciações e Amortizações	28	(5.422.583)		(5.327.864)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		11.736.698		10.823.616	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		-		-	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	1.291.145		967.314	
Valor Adicionado Total a Distribuir		13.027.843		11.790.930	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		6.059.947	46,5%	5.991.148	50,8%
Remuneração	27	3.453.998		3.416.769	
Benefícios	27	1.131.376		1.099.334	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		293.679		265.464	
Outras		1.180.894		1.209.581	
Impostos, Taxas e Contribuições		4.121.711	31,7%	3.452.501	29,3%
Federais		3.713.527		3.053.804	
Estaduais		1.294		620	
Municipais		406.890		398.077	
Remuneração do Capital de Terceiros		-		-	
- Aluguéis	28	693.281	5,3%	721.723	6,1%
Remuneração de Capitais Próprios		2.152.904	16,5%	1.625.558	13,8%
Dividendos	23.b	740.193		1.144.473	
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	690.000		300.000	
Reinvestimentos de Lucros		722.711		181.085	
Total		13.027.843	100,0%	11.790.930	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	31/12/2014		31/12/2013	
		31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013
Ativo Circulante		370.486.098	273.933.942		
Disponibilidades	4	4.697.744	5.290.047		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	60.185.099	65.498.311		
Aplicações no Mercado Aberto		24.704.208	32.456.665		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		24.025.157	21.557.117		
Aplicações em Moedas Estrangeiras		11.455.734	11.484.529		
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		63.656.319	33.244.090		
Carteira Própria		9.074.933	11.713.343		
Vinculados a Compromissos de Recompra		50.834.783	18.103.822		
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.532.340	1.988.686		
Vinculados ao Banco Central		492.584	992.127		
Moedas de Privatização					

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota Explicativa	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Coligadas e Controladas				
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustado	62.828.201	610.215	1.300.216	955.527	413.578	73.737	(2.524.323)	-	63.486.589
Plano de Benefícios a Funcionários	-	175.292	-	-	-	-	1.192.059	-	1.367.351
Ações em Tesouraria	23.d	-	-	-	-	-	-	(121.145)	(121.145)
Resultado de Ações em Tesouraria	23.d	-	-	-	-	-	-	-	(716)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	34.f	-	42.705	-	-	-	-	-	42.705
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	(974.075)	(200.914)	-	-	(1.174.989)
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	23.b	-	-	(955.527)	-	-	-	-	(955.527)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	1.625.558
Reserva Legal	-	-	81.278	-	-	-	-	-	(81.278)
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(1.144.473)
Juros sobre o Capital Próprio	23.c	-	-	-	-	-	-	-	(300.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	99.807	-	-	-	-	(99.807)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	62.828.201	827.496	1.381.494	99.807	(560.497)	(127.177)	(1.332.264)	(291.707)	62.825.353
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	(549.088)	-	(549.088)
Ações em Tesouraria	23.d	-	-	-	-	-	-	(153.749)	(153.749)
Resultado de Ações em Tesouraria	23.d	-	(4.926)	-	-	-	-	-	(4.926)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	34.f	-	(89.094)	-	-	-	-	-	(89.094)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	678.372	9.016	-	-	687.388
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	23.b	-	-	(99.807)	-	-	-	-	(99.807)
Reestruturação do Capital	23.d & e	(5.828.201)	(185.312)	-	-	-	-	(45)	(6.013.558)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	2.152.904
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	2.152.904
Reserva Legal	-	-	107.645	-	-	-	-	-	(107.645)
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(740.193)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(690.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	615.066	-	-	-	-	(615.066)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	57.000.000	548.164	1.489.139	615.066	117.875	(118.161)	(1.881.352)	(445.501)	57.325.230
Saldos em 30 de Junho de 2014	57.000.000	637.513	1.433.524	468.370	232.465	(81.403)	(1.330.492)	(351.993)	58.007.984
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	(550.860)	-	(550.860)
Ações em Tesouraria	23.d	-	-	-	-	-	-	(93.482)	(93.482)
Resultado de Ações em Tesouraria	23.d	-	434	-	-	-	-	-	434
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	34.f	-	(89.783)	-	-	-	-	-	(89.783)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	(114.590)	(36.758)	-	-	(151.348)
Reestruturação do Capital	23.d & e	-	-	-	-	-	-	(26)	(26)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	1.112.311
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	1.112.311
Reserva Legal	-	-	55.615	-	-	-	-	-	(55.615)
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(220.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(690.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	146.696	-	-	-	-	(146.696)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	57.000.000	548.164	1.489.139	615.066	117.875	(118.161)	(1.881.352)	(445.501)	57.325.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. As demonstrações financeiras consolidadas não estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram eliminadas a participação societária, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país e dependência no exterior.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 2 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional
Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência no exterior são convertidos para o Real como segue:
• Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
• Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não são enquadrados nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.

(1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:
- "hedge" de risco de mercado; e
- "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:
• para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
• para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas
A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam até 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objeto das cessões permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

h) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens
Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por móveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

i) Despesas Antecipadas
São contabilizadas nas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j) Permanente
O permanente pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:
j.1) Investimentos
Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
j.2) Imobilizado
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de instalação de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.
j.3) Intangível
O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.
O ágio de incorporação e sua respectiva conta redutora, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido dos acionistas da incorporadora, quando aplicável, são amortizados em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros.
Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de softwares são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

k) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesa com pessoal na demonstração do resultado.

Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e esteja apresentado na Nota 34. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal (Nota 31).
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovada pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

l) Remuneração Baseada em Ações
O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco; Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (ROPRAC), comparação entre resultado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação
O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o Banco baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

m) Captações, Emissões e Outros Passivos
Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas com um custo financeiro (Nota 17.d).
Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).
O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).
De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.
O detalhamento pertinente a emissão dos instrumentos de natureza composta encontram-se descritos nas Notas 20 e 23.e.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.
Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis,

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota Explicativa	2014		2013		2012	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Atividades Operacionais						
Lucro Líquido	1.112.311	2.152.904	1.625.558	6.859.990	16.827.866	18.129.215
Ajustes ao Lucro Líquido	8.f	5.402.444	10.672.425	12.867.590	12.867.590	12.867.590
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	-	-
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	-	2.274.570	4.342.246	2.756.254	2.756.254	2.756.254
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	(2.636.378)	(2.423.663)	(1.539.619)	(1.539.619)	(1.539.619)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	(703.724)	(1.291.145)	(967.314)	(967.314)	(967.314)
Depreciações e Amortizações	28	2.743.572	5.422.583	5.327.864	5.327.864	5.327.864
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	32	(58)	(1.016)	(96.737)	(96.737)	(96.737)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	32	(71.325)	(100.244)	(122.705)	(122.705)	(122.705)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	31	9.608	10.879	349.030	349.030	349.030
Resultado de Investimentos	32	-	-	(47.303)	(47.303)	(47.303)
Outros	-	(158.719)	(4.199)	(397.845)	(397.845)	(397.845)
Variações em Ativos e Passivos	2.015.659	(22.252.456)	(5.576.909)	-	-	-
Redução (Aumento) em Aplicações						
Interfinanceiras de Liquidez	(2.915.623)	(5.581.655)	7.482.318	-	-	-
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(28.993.947)	(60.896.874)	(10.499.200)	-	-	-
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	(15.652.375)	(20.095.811)	(19.927.971)	-	-	-
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	2.588.476	5.482.262	(1.304.652)	-	-	-
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(60.994.950)	(52.721.517)	(14.673.684)	-	-	-
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	22.108	7.085	(157.229)	-	-	-
Varição Líquida em						
Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	11.074.649	(134.758)	806.762	-	-	-
Aumento (Redução) em Depósitos e Interdependências	(7.354.558)	8.586.417	(5.507.545)	-	-	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Títulos para Negociação	31/12/2014				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos
Abertura por Vencimento					
Títulos Públicos	6.587.455	16.795.837	12.905.498	9.266.194	45.554.984
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	99.334	58.574	58.269	230.511	446.688
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.181.737	16.560.014	6.307.869	1.121.632	30.171.252
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	-	162.840	162.840
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	144.002	4.695.878	2.888.921
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	-	1.011	2.473
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	298.027	-	-	1.789.349	4.823.762
Títulos da Dívida Agrária - TDA	8.178	33.247	-	51.882	34.748
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	179	-	1.240	2.318
Títulos Privados	4.953	3.329	-	69.111	3.206.324
Ações	4.953	-	-	-	4.953
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (1)	-	-	-	13.442	-
Cotas de Fundos de Investimento	-	3.329	-	-	3.329
Debêntures	-	-	-	55.669	3.124.749
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	4.182
Total	4.953	6.590.784	16.795.837	12.974.609	12.395.125

III) Títulos Disponíveis para Venda

Títulos Disponíveis para Venda	31/12/2014					31/12/2013				
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado	Resultado	Refletido no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	56.171.528	-	-	(111.556)	56.059.972	26.922.412	-	-	-	-
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	409	-	-	185	594	533	-	-	-	-
Crédito Securitizado	2.466	-	-	458	2.924	2.646	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	663.559	-	-	(31)	663.528	412.691	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.081.347	-	-	(110.970)	28.970.377	16.305.953	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	3.422.642	-	-	122.640	3.545.282	847.539	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	5.602.091	-	-	(47.733)	5.554.358	2.892.378	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	1.301.975	-	-	(47.047)	1.254.928	1.202.201	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F (2)	10.342.765	-	-	(179.241)	10.163.524	4.697.950	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira (3)	4.136.087	-	-	146.593	4.282.680	-	-	-	-	-
Títulos Emitidos no Exterior - Espanha	1.152.849	-	-	3.564	1.156.413	-	-	-	-	-
Títulos Emitidos no Exterior - México	-	-	-	-	-	496.898	-	-	-	-
Debêntures (2)	465.338	-	-	26	465.364	63.623	-	-	-	-
Títulos Privados	61.832.504	(36.837)	(7.502)	61.788.165	52.370.387	52.370.387	-	-	-	-
Ações	845.138	-	-	74.989	920.127	747.070	-	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (1)	711.754	-	-	-	711.754	1.445.501	-	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	552.877	-	-	-	552.877	504.060	-	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento (2)	524.696	-	-	(58.409)	466.287	439.778	-	-	-	-
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	-	12.705	-	-	-	-
Debêntures (3)	54.517.121	(36.837)	(24.524)	54.455.760	44.506.613	44.506.613	-	-	-	-
Eurobonds	283.990	-	-	(37.276)	246.714	47	-	-	-	-
Notas Promissórias - NP (4)	2.994.898	-	-	85.637	3.080.535	2.440.522	-	-	-	-
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	17.343	-	-	266	17.609	20.794	-	-	-	-
Letras Financeiras - LF	668.527	-	-	(4.348)	664.179	1.313.238	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	716.160	-	-	(43.837)	672.323	940.059	-	-	-	-
Total	118.004.032	(36.837)	(119.058)	117.848.137	79.292.799	79.292.799	-	-	-	-

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação	31/12/2014					31/12/2013				
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"	(41.243)	(76.115)	(117.358)	25.104	(76.450)	(51.346)	-	-	-	-
Contratos de "Swap"	2.709.768	16.204	2.725.972	2.035.733	(652.227)	1.383.506	-	-	-	-
Ativo	1.513.959	1.549	1.515.508	1.206.647	(685.468)	521.179	-	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (1) (2) (3)	492.205	707	492.912	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais (2)	341.737	10.850	352.587	498.575	28.638	527.213	-	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar (2) (3) (4) (5)	337.352	2.628	339.980	330.511	4.603	335.114	-	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Franco Suíço (5)	24.515	470	24.985	-	-	-	-	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Yen (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	(2.751.011)	(92.319)	(2.843.330)	(2.010.629)	575.777	(1.434.852)	-	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar (1)	(677.219)	(32.339)	(709.558)	(756.399)	(76.113)	(832.512)	-	-	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros (2)	(1.247.506)	(43.771)	(1.291.277)	(538.292)	668.433	130.141	-	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar (3)	(15.221)	(655)	(15.876)	(26.824)	(1.651)	(28.475)	-	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI (4)	(25.975)	(900)	(26.875)	(136.522)	(6.783)	(143.305)	-	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar (3) (5)	(373.610)	(2.810)	(376.420)	(304.621)	(5.805)	(310.426)	-	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais (3)	(411.480)	(11.944)	(423.424)	(247.971)	(2.304)	(250.275)	-	-	-	-
Objeto de "Hedge"	1.863.375	114.736	1.978.111	1.698.183	92.664	1.790.877	-	-	-	-
Operação de Crédito	1.269.508	77.899	1.347.407	1.163.617	54.033	1.217.650	-	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	592.992	42.478	635.470	647.727	69.760	717.507	-	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	15.788	(423)	15.365	26.840	373	27.213	-	-	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	421.144	32.415	453.559	104.851	2.104	106.955	-	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	24.510	600	25.110	155.127	(6.848)	148.179	-	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	215.074	2.829	217.903	229.072	(11.276)	217.796	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	593.867	36.837	630.704	534.566	38.631	573.197	-	-	-	-
Títulos Disponíveis para Venda - Debêntures	593.867	36.837	630.704	534.566	38.631	573.197	-	-	-	-
Passivo	(364.166)	(2.826)	(366.992)	(332.147)	(2.963)	(335.110)	-	-	-	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(364.166)	(2.826)	(366.992)	(332.147)	(2.963)	(335.110)	-	-	-	-
Eurobonds	(364.166)	(2.826)	(366.992)	(332.147)	(2.963)	(335.110)	-	-	-	-

(1) Valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da respectiva operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(2) Emissão de sociedade de economia mista.

(3) Inclui o valor de R\$630.704 (31/12/2013 - R\$573.197) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.v.a).

(4) Em 31 de dezembro de 2013, inclui o valor de R\$204.096 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b).

(5) Em 31 de dezembro de 2014, a quantidade de 1.435.913 de Notas do Tesouro Nacional - NTN-F, com prazo de vencimento em 01 de Janeiro de 2023 está vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

(6) Inclui o valor de R\$655.782 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b).

(7) Estes fundos estão classificados como "sem vencimento", pois apesar de conterem em seus regulamentos prazos de vencimento, eles poderão ser prorrogados.

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	31/12/2014					31/12/2013				
	Valor do Custo Amortizado/Contábil	De 3 a 12 Meses	Total	Valor do Custo Amortizado/Contábil	De 3 a 12 Meses	Total				
Títulos Públicos	71	379	71	71	379	71				
Notas do Tesouro Nacional - NTN I	71	379	71	71	379	71				
Total	71	379	71	71	379	71				

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$71 (31/12/2013 - R\$379).

Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos alépicos, não representem fielmente as condições de mercado.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Rendas de Títulos de Renda Fixa	01/01 a 31/12/2014		01/01 a 31/12/2013	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.014.074	9.090.206	9.308.510	8.800.753
Resultado de Títulos de Renda Variável	31.603.343	(118.447)	16.631.394	(71.637)
Redução ao Valor Recuperável (1)	-	-	-	(218.363)
Outros (2)	148.134	266.785	148.134	266.785
Total	24.352.271	17.867.744	24.352.271	17.867.744

(1) Corresponde ao registro de perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda reconhecidas no resultado do período.

(2) Corresponde, principalmente, a rendas com fundos de investimentos e participações.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais	31/12/2014			31/12/2013		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap"	289.551.001	(271.473)	198.218	185.499.151	667.283	1.657.210
Ativo	289.551.001	72.653.396	73.043.697	185.499.151	17.684.905	18.927.254
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	70.772.781	-	-	48.684.752	15.667.136	16.430.599
Taxa de Juros Pré - Reais	88.800.295	72.168.901	72.755.003	42.757.154	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	31.603.343	484.495	288.694	16.519.189	-	-
Moeda Estrangeira	98.345.684	-	-	77.463.284	1.966.918	2.445.764
Outros	28.898	-	-	74.772	50.851	50.891
Passivo	289.822.474	(72.924.869)	(72.845.479)	184.831.868	(17.017.622)	(17.270.044)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	102.231.544	(31.458.763)	(30.771.767)	33.017.616	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	16.631.394	-	-	58.760.456	(16.003.302)	(16.101.682)
Indexados em Índices de Preços e Juros	31.118.848	-	-	17.533.509	(1.014.320)	(1.168.362)
Moeda Estrangeira	139.807.521	(41.461.837)	(42.070.212)	75.496.366	-	-
Outros	33.167	(4.269)	(3.500)	23.921	-	-
Opções	238.966.177	(26.505)	(35.439)	232.507.300	(121.086)	(175.134)
Compromissos de Compra	115.182.909	415.537	532.838	110.425.937	349.509	489.481
Opções de Compra Dólar	3.942.457	221.951	331.533	3.815.905	108.122	178

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Carteira "Banking" Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1 (61.894)	Cenário 2 (1.597.265)	Cenário 3 (2.991.583)	31/12/2014		31/12/2013	
					Risco	%	Risco	%
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas							
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(12.858)	(300.477)	(511.480)				
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.421)	(20.215)	(37.750)				
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(9.824)	(134.069)	(246.452)				
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(302)	(1.848)	(3.628)				
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(7.992)	(2.424)	(3.358)				
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.925)	(48.117)	(96.234)				
Total (1)		(96.216)	(2.104.415)	(3.890.485)				

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).**Cenário 2:** choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.**Cenário 3:** choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.**7. Relações Interfinanceiras**

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas**a) Carteira de Créditos**

	31/12/2014	31/12/2013
Operações de Crédito	170.929.985	160.832.895
Empréstimos e Títulos Descontados	92.680.565	95.101.354
Financiamentos	40.438.476	35.404.225
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.164.084	5.031.754
Financiamentos Imobiliários	31.601.538	25.198.820
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	38.882	72.115
Operações de Arrendamento Mercantil	143	6.187
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 9)	4.687.958	3.487.938
Outros Créditos (2)	28.421.274	22.829.930
Total	204.039.360	187.156.950
Circulante	112.588.850	79.056.587
Longo Prazo	91.450.510	108.100.363

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras operações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honradas, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o exercício de 2014, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$1.945.738 (2013 - R\$49.668) e estavam registradas substancialmente em empréstimos e títulos descontados. Estas operações estavam classificadas no nível de risco H e o resultado apurado como receita foi de R\$1.350 (2013 - R\$39.524), incluindo a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em março de 2013, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$47.485. Em 31 de dezembro de 2014, o valor presente das operações cedidas é de R\$6.440 (31/12/2013 - R\$24.627) (Nota 25.e).

Em dezembro de 2011, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2014, o valor presente das operações cedidas é de R\$262.515 (31/12/2013 - R\$356.109).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- Contratos objeto de intervenção.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2014	31/12/2013
Vencidas	6.456.889	7.456.810
A Vencer:		
Até 3 Meses	63.086.454	30.805.768
De 3 a 12 Meses	49.502.396	48.250.819
Acima de 12 Meses	84.993.621	100.643.553
Total	204.039.360	187.156.950

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	31/12/2014	31/12/2013
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	157	6.615
Arrendamentos a Receber	76	2.830
Valores Residuais a Realizar (1)	81	3.785
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(54)	(2.552)
Valores Residuais a Balancear	(81)	(3.785)
Imobilizado de Arrendamento	75.478	130.235
Depreciações Acumuladas	(75.478)	(130.235)
Superveniências de Depreciações	31.458	77.897
Credores por Antecipação de Valor Residual	(31.337)	(71.988)
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	143	6.187

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$14 (31/12/2013 - R\$428).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	31/12/2014	31/12/2013
Vencidas	109	1.373
A Vencer:		
Até 1 Ano	23	5.183
De 1 a 5 Anos	25	59
Total	157	6.615

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	31/12/2014	31/12/2013
Vencidas	33	1.189
A Vencer:		
Até 1 Ano	30	4.959
De 1 a 5 Anos	80	39
Total	143	6.187

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2014	31/12/2013
Setor Privado	203.885.400	187.039.801
Indústria	50.787.771	34.657.311
Comércio	22.681.415	21.738.207
Instituições Financeiras	3.793	197.173
Serviços e Outros (1)	49.040.950	52.659.427
Pessoas Físicas	75.207.388	72.755.901
Cartão de Crédito	18.340.741	17.220.696
Crédito Imobiliário	21.318.334	15.702.015
Crédito Consignado	11.342.216	13.718.526
Financiamento e Leasing de Veículos	3.230.858	3.199.709
Outros (2)	20.975.239	22.914.955
Agricultura	6.164.083	5.031.782
Setor Público	153.960	117.149
Governo Federal	171	24
Governo Estadual	124.890	112.987
Governo Municipal	28.899	4.138
Total	204.039.360	187.156.950

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	Carteira de Créditos				Provisão		
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	88.484.607	-	88.484.607	-	-	-
A	0,5%	69.601.327	-	69.601.327	348.007	251.524	599.531
B	1%	14.575.563	1.187.770	15.763.333	157.633	276.270	433.903
C	3%	5.770.915	1.526.093	7.297.008	218.910	296.453	515.363
D	10%	5.849.084	1.671.693	7.520.777	752.078	-	752.078
E	30%	2.137.219	1.349.475	3.486.694	1.046.008	-	1.046.008
F	50%	835.154	1.263.069	2.098.223	1.049.112	-	1.049.112
G	70%	814.312	1.073.894	1.888.206	1.321.744	-	1.321.744
H	100%	2.471.607	5.349.679	7.821.286	7.821.286	-	7.821.286
Total		190.539.788	13.421.673	203.961.461	12.714.778	824.247	13.539.025

Nível de Risco	Carteira de Créditos				Provisão		
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	56.858.023	-	56.858.023	-	-	-
A	0,5%	80.930.637	-	80.930.637	404.653	306.702	711.355
B	1%	14.474.770	1.582.868	16.057.638	160.576	287.053	447.629
C	3%	9.037.006	3.179.327	12.216.333	366.490	188.585	555.075
D	10%	3.719.299	1.840.663	5.559.962	555.996	-	555.996
E	30%	1.198.021	1.174.647	2.372.668	711.800	-	711.800
F	50%	2.207.466	1.452.961	3.660.427	1.830.214	-	1.830.214
G	70%	740.985	872.651	1.613.636	1.129.545	-	1.129.545
H	100%	2.543.201	5.344.425	7.887.626	7.887.626	-	7.887.626
Total		171.709.408	15.447.542	187.156.950	13.046.900	782.340	13.829.240

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

Em 31 de dezembro de 2014, o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$77.899, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.v.a).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Saldo Inicial	13.829.240	13.299.770
Constituições Líquidas das Reversões	10.672.425	12.867.590
Baixas	(10.962.640)	(12.338.120)
Saldo Final (1)	13.539.025	13.829.240
Circulante	2.939.960	2.895.583
Longo Prazo	10.599.065	10.933.657
Créditos Recuperados (2)	2.289.660	2.313.552

(1) Inclui R\$101 (31/12/2013 - R\$1.370) de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$240.133 (2013 - R\$10.985).

g) Créditos Renegociados

	31/12/2014	31/12/2013
Créditos Renegociados	13.860.390	13.918.576
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.028.140)	(7.099.011)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	50,7%	51,0%

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	31/12/2014		31/12/2013	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	8.529.936	2,8%	8.596.046	2,9%
10 Maiores	35.078.339	11,4%	33.179.181	11,0%
20 Maiores	50.207.652	16,3%	46.717.909	15,5%
50 Maiores	75.668.335	24,6%	68.040.877	22,6%
100 Maiores	96.187.838	31,2%	85.299.535	28,3%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresarial.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	47.387.964	29.991.186
Câmbio Comprado a Liquidar	38.636.435	17.041.069
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebíveis	(353.008)	(106.151)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	57.133	75.848
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	-	7.634
Total	85.728.524	47.009.588
Circulante	84.963.646	46.418.065
Longo Prazo	764.878	591.521
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	47.545.000	30.287.728
Obrigações por Compra de Câmbio	37.440.279	16.633.440
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(4.687.958)	(3.487.938)
Outros	94	395
Total	80.297.415	43.433.625
Circulante	79.617.514	42.926.601
Longo Prazo	679.901	507.024
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	948.300	785.111
Créditos de Exportação Confirmados	18.410	614.142

10. Negociação e Intermediação de Valores

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	2.236.724	202.360
Caixas de Registro e Liquidação	144.737	3.597

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Participações em Coligadas e Controladas

Atividade	31/12/2014			
	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação Direta	Participação Indireta
	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Investimentos				
Controladas do Banco Santander				
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	11.043.796	- 78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	- 100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	- 100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	- 100,00%	100,00%
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil)	Financeira	1	39,89%	39,89%
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (atual denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM)) ⁽¹⁾	Distribuidora	1.740	- 100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM) ⁽²⁾	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%
Santander Microcrédito Assessora Financeira S.A. (Santander Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	- 100,00%	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory)	Outras Atividades	1.323	- 96,52%	96,52%
Santander Participações S.A. (Santander Participações) ⁽³⁾	Holding	4.237	- 100,00%	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) (atual denominação social da Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)) ⁽⁴⁾	Outras Atividades	61.565	- 88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	11.251.175	- 100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)	Corretora de Seguros	174.360.451	- 60,65%	60,65%
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq)	Outras Atividades	4.800	- 100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	- 100,00%	100,00%

Atividade	31/12/2014			
	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação Direta	Participação Indireta
	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Investimentos				
Controlada da CFI RCI Brasil				
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Brasil Leasing)	Leasing	163	81	100,00%
Controlada da Aymoré CFI ⁽⁵⁾				
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super) ⁽⁵⁾	Outras Atividades	20.000	-	50,00%
Controladas da Sancap				
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	100,00%
Evidence Previdência S.A. (Evidence) ⁽⁶⁾	Holding	8.938.026	-	100,00%
Controlada da Santander Serviços				
Webcasas S.A.	Outras Atividades	24.500	-	100,00%
Controladas da Webmotors S.A. ⁽⁹⁾				
Idéia Produções e Design Ltda. - MEC (Idéia Produções)	Outras Atividades	220	-	100,00%
KM Locanet Ltda. - ME (Compreauto) ⁽⁸⁾	Outras Atividades	1	-	100,00%
Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda. - ME (Virtual Motors) ⁽¹⁰⁾	Outras Atividades	1	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander				
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽¹⁾	Securitização	9	- 13,64%	13,64%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	- 50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽¹⁾	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%
Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	255	-	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Serviços				
Webmotors S.A. ⁽⁹⁾	Outras Atividades	366.182.676	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan) ⁽¹⁰⁾	Outras Atividades	743.944	-	19,81%
Controladas da Getnet S.A. (atual denominação social da Santander Getnet) ⁽⁴⁾ ⁽¹⁴⁾				
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT) ⁽¹⁴⁾	Outras Atividades	3.865	-	100,00%
Go Pay Comércio e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. (Go Pay) ⁽¹⁴⁾	Outras Atividades	2.042	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia) ⁽¹⁴⁾	Outras Atividades	1.276	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale) ⁽¹⁴⁾	Outras Atividades	6.050	-	100,00%
Transacciones Eletrónicas Pos Móvil S.A. (Pos Móvil) ⁽¹⁴⁾	Outras Atividades	10	-	100,00%
Izettle do Brasil S.A. ⁽⁹⁾ ⁽¹⁴⁾	Outras Atividades	5.300	-	50,00%
Coligada				
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	Outras Atividades	1.679	- 21,75%	21,75%

Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2014	01/01 a 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013

Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	5.261.920	460.957	4.134.503	3.955.744	362.193	171.625
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) ⁽⁹⁾	-	-	-	-	-	55.624
Santander Brasil Consórcio	146.914	19.876	146.914	127.038	19.876	24.292
Banco Bandepe	2.958.836	48.724	2.958.836	2.944.279	48.724	105.150
Aymoré CFI	1.296.864	318.018	1.296.864	1.054.375	318.018	58.816
CFI RCI Brasil	1.267.370	205.144	505.566	465.151	81.834	105.884
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (atual denominação social da CRV DTVM) ⁽¹¹⁾	869.700	18.794	869.700	29.108	18.794	4.986
Santander CCVM ⁽¹²⁾	402.277	58.410	402.277	261.947	58.410	60.509
Santander Microcrédito	22.111	726	22.111	21.392	726	3.277
Santander Brasil Advisory	13.431	682	12.958	12.465	658	778
Santander Participações ⁽¹³⁾	1.754.462	83.665	1.754.462	1.252.642	83.665	84.081
Getnet S.A. (atual denominação social da Santander Getnet) ⁽⁴⁾	1.349.718	162.200	1.149.896	56.932	74.970	49.424
Sancap	313.254	97.178	313.254	348.567	97.178	92.179
Santander Serviços	569.491	102.123	345.416	356.597	61.941	114.794
MS Participações Societárias S.A. (MS Participações) ⁽²⁾	-	-	-	-	-	7.751
Mantiq	10.708	4.945	10.708	6.937	4.945	754
Santos Energia Participações S.A. (Santos Energia) ⁽⁷⁾	-	-	-	82.448	(3.935)	(3.362)
Santander Brasil EFC	2.501.672	62.895	2.501.672	2.444.410	62.895	23.157

Controlada da CFI RCI Brasil						
RCI Brasil Leasing	737.441	71.617	-	-	-	-
Controlada da Aymoré CFI ⁽¹⁵⁾						
Super ⁽¹⁵⁾	2.957	(6.216)	-	-	-	-
Controladas da Sancap						
Santander Capitalização	188.420	88.330	-	-	-	-
Evidence ⁽⁶⁾	187.602	2.355	-	-	-	-
Controlada da Santander Serviços						
Webcasas S.A.	20.502	(3.470)	-	-	-	-

Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Controladas da Webmotors S.A. ⁽⁹⁾						
Idéia Produções	1.340	688	-	-	-	-
KM Locanet Ltda. - ME (Compreauto) ⁽⁸⁾	1.564	1.378	-	-	-	-
Virtual Motors ⁽¹⁰⁾	1.103	1.102	-	-	-	-
Controladas em Conjunto do Banco Santander						
Cibrasec ⁽¹⁾	75.070	8.691	10.236	10.253	838	1.173
Norchem Participações	56.175	8.868	23.739	24.253	4.434	1.225
EBP ⁽¹⁾	74.166	(1.529)	8.241	11.086	(2.768)	5.530
Controladas em Conjunto da Santander Serviços						
Webmotors S.A. ⁽⁹⁾	229.916	31.097	-	-	-	-
TecBan ⁽¹⁰⁾	345.309	92.743	-	-	-	-
Controladas da Getnet S.A. (atual denominação social da Santander Getnet) ⁽⁴⁾						
Auttar HUT ⁽¹⁴⁾	7.674	(104)	-	-	-	-
Go Pay ⁽¹⁴⁾	281	(576)	-	-	-	-
Integry Tecnologia ⁽¹⁴⁾	33	(96)	-	-	-	-
Toque Fale ⁽¹⁴⁾	40	(1.830)	-	-	-	-
Pos Móvil ⁽¹⁴⁾	332.515	(124.187)	-	-	-	-
Izettle do Brasil S.A. ⁽⁹⁾ ⁽¹⁴⁾	(3.117)	(13.380)	-	-	-	-
Coligadas						
BW Guirapá I S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	88.715	(7.165)	(6.285)
Norchem Holdings	125.782	13.602	19.416	27.096	2.959	5.952
Outras	-	-	270	1.955	-	-
Total			16.487.039	13.581.435	1.291.145	967.314

(1) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

(2) Em 22 de novembro de 2013, o Banco Santander alienou a participação de 100% da MS Participações relativo a 61.083.484 mil ações para a Capital Riesgo Global S.C.R de Regimén Simplificado S.A. (Nota 25 e, 32 e 36 h).

(3) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Serviços e a Carsales. com Investments PTY LTD. (Carsales) (Nota 32).

(4) Em junho de 2013, o Banco Santander subscreveu o valor de R\$95.000 e integralizou R\$50.000 no capital social da BW Guirapá I S.A., e em outubro de 2013 houve integralização no capital social no valor de R\$37.801 sem emissão de novas ações. Em 28 de fevereiro de 2014, o Banco Santander adquiriu um direito de subscrição no valor de R\$60.000, relativo a emissão de 97.669 novas ações ordinárias, alterando sua participação de 40,57% para 66,19% no capital social (Nota 36 h). Com a alteração da participação acionária, a partir de fevereiro de 2014, o Banco Santander passou a deter o controle em conjunto desta sociedade. Em setembro de 2014, o controle do investimento mantido na BW Guirapá I S.A. bem como a participação em seus parques edícios pelo Banco Santander foram transferidos para a Santander Participações.

(5) Investimento alienado em 17 de dezembro de 2013 (Nota 25 e, 32 e 36 g).

(6) Em 24 de outubro de 2013, a Sancap adquiriu junto ao Banco Santander Espanha 50.800 ações ordinárias, sem valor nominal, referente a 100% do capital social da Ablasa Participações S.A. (Ablasa). Em 31 de outubro de 2013, foi efetuado um aumento no capital social pela Sancap no valor R\$44.949, mediante a emissão de 1.937.975.272 novas ações ordinárias, sem valor nominal, a integralização do aumento aprovado se deu da seguinte forma: em moeda corrente nacional no valor de R\$22.449 em 31 de outubro de 2013 e o saldo residual no valor de R\$22.500 referente ao capital social subscrito foi integralizado no dia 15 de outubro de 2014. Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 2 de dezembro de 2013, foi aprovada a alteração da denominação social da Ablasa para Evidence Previdência S.A., e a alteração de seu objeto social para a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas, cujo processo foi aprovado pela Susep em 30 de setembro de 2014. Na AGE de 5 de dezembro de 2014, foi aprovado um aumento no capital social pela Sancap no valor de R\$140.000, mediante a emissão de 7.000.000.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, passando o capital social dos atuais R\$45.000 para R\$185.000.

(7) Em 18 de novembro de 2013, foi efetuado aumento de capital no valor de R\$59.000 com emissão de 94.175.409 novas ações ordinárias. Na AGE de 8 de setembro de 2014, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$23.820 passando dos atuais R\$87.180 para R\$111.000, mediante a emissão de 40.448.655 novas ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Santander Participações (ver Nota 13 abaixo).

(8) Investimento adquirido em 7 de março de 2014 (Nota 36 h).

(9) No dia 4 de abril de 2014, foi realizado a integralização do total do capital social da Santander Getnet no valor de R\$3.000, passando dos atuais R\$13.000 para R\$16.000, aprovou também a alteração da denominação social da Santander Getnet para Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, foi aprovado o aumento de seu capital social no valor de R\$1.173.503, passando dos atuais R\$16.000 para R\$1.189.503, mediante a emissão de 53.565.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$1.156.263 em moeda corrente nacional e R\$17.240 mediante conferência a valor contábil, pelo Banco Santander das 5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Izettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ao capital social da Santander Getnet.

(10) Na AGE de 9 de abril de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da TecBan no valor de R\$99.397, passando dos atuais R\$166.406 para R\$265.803, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e a totalidade de suas reservas, exceto as reservas de capital. Em novembro de 2014, a Santander Serviços alienou 1,16% de sua participação nesta sociedade.

(11) Na AGE de 6 de junho de 2014, foi aprovada a alteração da denominação social da CRV DTVM, para Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., a alteração da denominação social foi aprovado pelo Bacen no dia 25 de julho de 2014 (Nota 36 f). Na AGE realizada em 16 de setembro de 2014, foi aprovado o aumento de seu capital social no valor de R\$822.000, sendo que 50% no valor de R\$411.000 foi integralizado pelo Banco Santander neste ato e os 50% remanescente no valor de R\$411.000 foram integralizados no dia 27 de novembro de 2014. Em decorrência do aumento do capital social, foram emitidas 1.673.368 novas ações ordinárias sem valor nominal e o seu capital social passou de R\$18.313 para R\$840.313. O aumento do capital social foi aprovado pelo Bacen em 3 de outubro de 2014.

(12) Na AGE de 10 de junho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Santander CCVM no valor de R\$100.302, passando dos atuais R\$195.698 para R\$296.000, mediante a emissão de 7.715.540 mil novas ações, sendo 3.857.770 mil ações ordinárias e 3.857.770 mil ações preferenciais, referido aumento de capital foi homologado pelo Bacen no dia 3 de julho de 2014.

(13) Na AGE realizada em 1 de agosto de 2014, foi aprovado o aumento de seu capital social no valor de R\$98.562, passando o capital social de R\$1.131.738 para R\$1.230.300, mediante a emissão de 242.471 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$20.050 em moeda corrente nacional e R\$78.512 mediante a transferência, pelo Banco Santander, de 131.583.368 ações ordinárias de emissão da Santos Energia, passando o seu investimento na Santos Energia para a Santander Participações. Na AGE realizada em 1 de setembro de 2014, foi aprovado um novo aumento no capital social da Santander Participações no valor de R\$320.700, passando o capital social de R\$1.230.300 para R\$1.551.000, mediante a emissão de 761.053 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$249.087 em moeda corrente nacional e R\$71.613 mediante a transferência, pelo Banco Santander, de 252.311 ações ordinárias de emissão da BW Guirapá I S.A., e a sua obrigação atrelada às referidas ações de realizar a integralização ainda pendente na BW Guirapá I S.A. no valor de R\$91.000, passando o seu investimento para a Santander Participações.

(14) Empresas indiretamente adquiridas através da operação de aquisição da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet S.A. (atual denominação social da Santander Getnet) (Nota 36 h).

(15) Investimento adquirido em 12 de dezembro de 2014 (Nota 36 a). Na AGE de 15 de dezembro de 2014, foi aprovado a redução do capital social, de forma a ajustá-lo ao valor das importâncias efetivamente integralizadas, o qual passa de R\$51.128 para R\$49.451, sendo a referida redução no valor de R\$1.677, sem cancelamento de ações, e sem restituição de quaisquer valores aos acionistas, observado o disposto na legislação aplicável.

(16) Investimento adquirido em 10 de dezembro de 2014 (Nota 36 h).

15. Imobilizado de Uso

Imóveis de Uso	31/12/2014		31/12/2013
	Custo	Residual	
Terrenos ⁽¹⁾	2.539.995	(525.607)	2.014.388
Edificações ⁽¹⁾	1.874.832	-	665.163
Outras Imobilizações de Uso	9.784.676	(5.284.434)	4.500.242
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso ⁽¹⁾	2.458.862	(1.112.323)	1.346.539
Sistemas de Processamento de Dados	2.642.036	(1.899.679)	742.357
Benefiteiras em Imóveis de Terceiros	3.278.428	(1.663.904)	1.614.524
Sistemas de Segurança e Comunicações	579.968	(358.624)	221.338
Outras	825.388	(249.904)	575.484
Total	12.324.671	(5.810.041)	6.514.630

(1) Em 2013, foram realizadas vendas para o Fundo Imobiliário de terrenos no valor de R\$3.626, edificações de R\$5.748 e instalações no valor de R\$6.576, totalizando o montante de R\$15.950 (Nota 32).

16. Intangível

Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas

Outros Ativos Intangíveis	31/12/2014		31/12/2013
	Custo	Residual	
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	26.120.037	(20.488.988)	5.631.049
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	7.245.250	(3.996.160)	3.249.090
Outros	4.601.649	(1.829.921)	1.862.728
Outros	2.481.241	(1.204.075)	1.277.166
Outros	162.360	(53.164)	109.196
Total	33.365.287	(24.485.148)	8.880.139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	840.748	59.503	-	900.251
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	94.707	169.035	-	263.742
Superveniência de Arrendamento Mercantil	19.473	-	(11.609)	7.864
Outros	11.140	7.307	-	18.447
Total	966.068	235.845	(11.609)	1.190.304

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	840.748	8.258	(8.258)	840.748
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	693.259	-	(598.552)	94.707
Superveniência de Arrendamento Mercantil	17.310	-	(57.837)	19.473
Outros	576	10.564	-	11.140
Total	1.611.893	18.822	(664.647)	966.068

⁽¹⁾ Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Realização dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	31/12/14			
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total
2015	294.411	174.972	54.658	524.041
2016	282.818	167.921	54.658	505.397
2017	32.007	17.631	5.732	55.370
2018	29.385	17.631	5.732	52.748
2019	29.385	17.631	5.732	52.748
Total	668.006	395.786	126.512	1.190.304

19. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definidas nas Resoluções 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução 4.278 de 31 de outubro de 2013.

CDB Subordinado	31/12/2014				31/12/2013			
	Emissão	Vencimento (1)	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total	Total	Total
CDB Subordinado	junho-06	julho-16	R\$1.500	105,0% CDI	3.683.128	3.306.909		
CDB Subordinado	outubro-06	setembro-16	R\$850	104,5% CDI	1.990.794	1.788.358		
CDB Subordinado	junho-06 a outubro-06	junho-16 e julho-16	R\$447	104,5% CDI	1.080.684	970.794		
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a maio-18	R\$283	CDI ⁽²⁾	114.050	101.659		
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a junho-18	R\$268	IPCA ⁽³⁾	425.420	368.401		
CDB Subordinado	junho-07	junho-14	R\$885	104,5% CDI	-	1.684.508		
CDB Subordinado	janeiro-07	janeiro-14	R\$250	104,5% CDI	-	508.655		
CDB Subordinado	novembro-08	novembro-14	R\$100	120,5% CDI	-	176.860		
Total					7.294.076	8.906.144		
Circulante					199.123	2.370.023		
Longo Prazo					7.094.953	6.536.121		

⁽¹⁾ CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

⁽²⁾ Indexado entre 100% e 112% do CDI.

⁽³⁾ Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

20. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e o Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital (Nota 23.e), são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	31/12/2014			
	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (3)
Nível I ⁽¹⁾	janeiro-14	Set Prazo (Perpétuo)	R\$3.000	7,375%
Nível II ⁽²⁾	janeiro-14	janeiro-24	R\$3.000	6,000%
Total				
Circulante				
Longo Prazo				

⁽¹⁾ Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014.

⁽²⁾ Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

⁽³⁾ A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

21. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações com Cartões de Crédito	19.350.521	14.869.681
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22.b)	3.526.994	3.371.356
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	3.845.722	3.022.274
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽¹⁾	489.860	277.857
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.i)	5.606	6.251
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	1.370.962	1.306.415
Despesas Administrativas	369.528	195.080
Outros Pagamentos	119.419	161.191
Créditos por Recursos a Liberar	1.072.345	924.832
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	295.015	224.411
Fornecedores	204.110	192.624
Outras	2.248.474	3.295.733
Total	32.898.556	27.847.505
Circulante	27.093.845	23.180.351
Longo Prazo	5.804.711	4.667.154

⁽¹⁾ Refere-se basicamente, a operações de empréstimos de "export notes" no valor de R\$469.731 (31/12/2013 - R\$258.420).

22. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.n).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	11.383.052	9.377.201
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21)	3.526.994	3.371.356
Ações Trabalhistas	1.914.476	1.869.394
Ações Cíveis	1.612.518	1.501.962
Total	14.910.046	12.748.557

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2014			01/01 a 31/12/2013		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	9.377.201	1.869.394	1.501.962	9.636.920	2.538.878	1.480.652
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	1.511.233	839.628	687.984	707.025	504.108	607.575
Atualização Monetária	941.388	223.181	138.832	613.166	198.064	126.316
Baixas por Pagamento ⁽²⁾	(446.770)	(1.017.727)	(716.260)	(1.579.910)	(1.371.856)	(712.581)
Saldo Final	11.383.052	1.914.476	1.612.518	9.377.201	1.869.394	1.501.962
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	979.250	335.309	126.434	842.500	340.095	112.449
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	24.135	17.367	7.391	34.318	6.653	676
Total dos Depósitos em Garantia	1.003.385	352.676	133.825	876.818	359.748	113.125

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Em 2014 e 2013, para as contingências fiscais, inclui o pagamento referente a adesão ao programa instituído pela Lei 12.996/2014 e 12.865/2013 (artigos 17 e 39), (Nota 22.e).

d) Provisões para Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

O Banco aderiu em agosto de 2014 ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.996/2014. A adesão ao programa incluiu a cobrança administrativa decorrente da dedução de despesas com tributos com exigibilidade suspensa e sua atualização na base de cálculo do IRPJ e da CSLL entre os anos de 2006 e 2008. Referida cobrança, pendente de decisão na esfera administrativa, tinha classificação de risco avaliada como perda provável, segundo os assessores jurídicos. Outros processos administrativos e judiciais também foram incluídos neste programa.

Os efeitos contábeis no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista foram registrados no momento da adesão ao programa através da liquidação financeira no valor de R\$404.570 cujo efeito patrimonial, após registrados os ativos fiscais diferidos, foi nulo no resultado líquido.

O Banco aderiu ao final do exercício de 2013 ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/2013 (artigos 17 e 39).

A adesão ao programa incluiu a ação judicial que pleiteava o afastamento da aplicação da Lei 9.718/1998 para o Banco ABN Amro Real, sucedido pelo Banco. Referida ação judicial, abrangia fatos geradores das contribuições sociais ao PIS e Cofins ocorridos no período de setembro de 2006 a abril de 2009, esse processo possuía decisão desfavorável no Tribunal Regional Federal. O Banco segue discutindo judicialmente a aplicação da Lei 9.718/1998. Outros processos administrativos e judiciais também foram incluídos neste programa.

Os efeitos contábeis em 31 de dezembro de 2013, no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista, foram registrados no momento da adesão ao programa. Como consequência, foram liquidados passivos fiscais contingentes no montante de R\$2.029.427, através de pagamento (R\$1.372.627) e da conversão em renda de depósitos em garantia (R\$155.020). Foi registrado no resultado do exercício de 2013, em contas de Outras Receitas (Despesas) Operacionais, o ganho de R\$501.780, após dos impostos (Nota 29 e 30).

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$9.104.088 (31/12/2013 - R\$7.430.819): o Banco Santander ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$573.531 (31/12/2013 - R\$529.518): o Banco Santander ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificadas com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$3.686 (31/12/2013 - R\$3.590): o Banco Santander ingressou com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$697.544 (31/12/2013 - R\$523.556): o Banco Santander discute administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$423.768 (31/12/2013 - R\$317.736): o Banco Santander discute administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos e êxitos. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas contingências são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos processos encerrados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos Bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Cíveis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$12.384 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTMV) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTMV na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTMV, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTMV obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no entanto essa decisão foi reformada e um novo recurso foi apresentado, o qual ainda depende de apreciação. O Banco foi considerado responsável pelo recolhimento do imposto. As respectivas partes perdedoras de ambas as decisões recorreram, e os processos ainda estão aguardando a decisão final dos respectivos recursos na última instância do CARF. Em 31 de dezembro de 2014, os valores relacionados a essas reivindicações eram de aproximadamente R\$629 milhões cada.

Perdas em Operações de Crédito - O Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2014, o valor relacionado à essa discussão é de aproximadamente R\$668 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - O Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2014, os valores relacionados a esses processos totalizaram aproximadamente R\$1.099 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Atualmente aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela Zurich e o julgamento do Recurso Especial interposto pela União Federal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o valor era de aproximadamente R\$246 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco no valor total de R\$1.063 bilhões para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - As Autoridades Fiscais lavraram autos de infração no valor de R\$435 milhões para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris. O Banco Santander apresentou tempestivamente as respectivas impugnações, as quais estão pendentes de decisão.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$121 milhões, excluindo o processo abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos são conforme segue:

Emissão de Notas

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$6.000.000. A emissão das Notas ocorreu em 29 de janeiro de 2014 tendo sido totalmente integralizada pelos acionistas do Banco.

As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014; (e) Discriminabilidade: o Banco Santander pode cancelar a distribuição de juros a qualquer momento, por um período ilimitado e sem direito de acumulação, sem que a referida suspensão seja considerada como evento de default (f) Subordinação: no caso de insolvência, sua liquidação financeira está subordinada a todos os instrumentos de capital Nível II. As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

Em 15 de abril de 2014, o Bacen emitiu aprovação para que as Notas componham o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander desde a data de sua emissão.

Bonificação e Grupamento de Ações

Com o objetivo de eliminar a negociação em centavos das ações SANB3 (ordinárias) e SANB4 (preferenciais), aumentar a liquidez e reduzir os custos de transação das mesmas, em 18 de março de 2014, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram: (i) a bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais para os acionistas do Banco, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária (SANB3) ou ação preferencial (SANB4), o que resulta em uma participação de bônus de 5 (cinco) ações preferenciais para cada Unit (SANB11), mediante aumento do Capital Social no montante de R\$171.799 em contrapartida a conta de Reservas; e (ii) grupamento (inplit) da totalidade das nossas ações ordinárias e ações preferenciais em uma proporção de 1,55, sendo que para cada 55 ações ordinárias e 55 ações preferenciais corresponderão a 1 ação ordinária e 1 ação preferencial, respectivamente e, como resultado, cada Unit (SANB11) será composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial.

Em 23 de abril de 2014, o Banco publicou Aviso aos Acionistas para comunicar aos acionistas que o Bacen homologou a ata da AGE realizada em 18 de março de 2014, que aprovou a bonificação e grupamento de ações e o ajuste na composição das Units. Esses eventos foram implementados em 2 de junho de 2014.

Oferta Pública de Permuta

Em 29 de abril de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que foi comunicado por seu acionista controlador indireto, Banco Santander Espanha, que este lançaria uma oferta voluntária no Brasil e nos Estados Unidos da América para permuta de até a totalidade das ações do Banco que não sejam de titularidade do Banco Santander Espanha, as quais representavam cerca de 25% do capital do Banco, com a entrega de ações de emissão do Banco Santander Espanha em pagamento. Em decorrência da Operação, o Banco continuaria a ser uma companhia aberta listada na BM&FBOvespa, mas sairia do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOvespa, passando a estar listado em seu segmento tradicional.

Em 9 de junho de 2014, foi realizada AGE, onde foram deliberadas as seguintes matérias: (a) a saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa; e (b) escolha da empresa especializada N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. a ser contratada para elaboração de laudo de avaliação do valor econômico do Banco, para fins da Oferta de Permuta e da consequente Saída do Nível 2.

Em 13 de junho de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que o Laudo de Avaliação elaborado por N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda., foi devidamente encaminhado, para a: (i) CVM; (ii) BM&FBOvespa; e (iii) U.S. Securities and Exchange Commission - SEC. Ademais, informou que o pedido de registro da Oferta de Permuta havia sido protocolado na CVM, na mesma data.

Em 2 de outubro de 2014 o Conselho de Administração emitiu parecer sobre a Oferta e o Banco arquivou na U.S. Securities and Exchange Commission a sua posição sobre referida transação por meio do Schedule 14D-9. Em 16 de outubro de 2014 o Santander Espanha e Banco informaram ao mercado que foi ajustada a relação de permuta da Oferta, prevista no Edital da Oferta publicado em 18 de setembro de 2014. Em conformidade com o Edital da Oferta, a relação de permuta, e consequentemente a quantidade de BDRs a que daria direito cada Recibo de Subscrição, foi ajustada de 0,70 BDR para cada Unit e 0,35 BDR para cada Ação, seja ordinária ou preferencial, para 0,7152 BDR para cada Unit e 0,3576 BDR para cada Ação, seja ação ordinária ou ação preferencial, em função da remuneração declarada pelo Santander Espanha em 16 de outubro de 2014, no âmbito do programa Santander Dividendo Elección, com data-base de apuração de posição acionária para pagamento (record date) em 17 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, o Banco em conjunto com o Santander Espanha publicou Fato Relevante a respeito do Resultado do Leilão da Oferta, realizado em 30 de outubro de 2014. O Santander Espanha adquiriu 1.640.644 Ações e 517.827.702 Units, representativos, em conjunto, de 13,65% do capital social do Banco, de modo que a participação do Grupo Santander no Banco passou a ser de 88,30% de seu capital social total, 88,87% de suas ações ordinárias e 87,71% de suas ações preferenciais, considerando também os American Depositary Receipts - ADRs representativos de Units adquiridos na Permuta nos EUA. Como consequência da Oferta, as ações do Banco deixaram de ser listadas no Nível 2 da BM&FBOVESPA, passando a ser negociadas no segmento tradicional da bolsa.

24. Limites Operacionais

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução 4.193/2013 a exigência para o PR, é de 11% até 31 de dezembro de 2015, para o PR Nível I é de 5,5% de 1 de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2014 e para o Capital Principal é de 4,5% a partir de 1 de outubro de 2013.

A revisão das regras referentes ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), representado pelas parcelas risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, também entraram em vigor em outubro de 2013; as que se referem ao risco de crédito passaram por uma revisão no terceiro trimestre de 2014, alterando os parâmetros de classificação de varejo e o Fator de Ponderação de Risco (FPR) deste segmento. Foram alterados os FPR de crédito consignado, crédito não consignado e financiamento de veículos passam a receber FPR de 75%.

O Índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

Conglomerado Financeiro (1)

	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio de Referência Nível I	58.592.358	63.594.727
Capital Principal	55.228.661	63.594.727
Capital Complementar	3.363.697	-
Patrimônio de Referência Nível II	4.970.999	2.701.014
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	63.563.357	66.295.741
Patrimônio de Referência Exigido	40.010.083	37.936.111
Parcela de Risco de Crédito (2)	35.527.889	34.199.529
Parcela de Risco de Mercado (2)	2.807.798	2.047.595
Parcela de Risco Operacional	1.674.396	1.688.987
Índice de Basileia Nível I	16,1	18,4
Índice de Basileia Capital Principal	15,2	18,4
Índice de Basileia	17,5	19,2

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).

(2) Para cálculo da alocação de capital para Risco de Crédito foram consideradas as modificações e inclusões da Circular Bacen 3.714 de 20 de agosto de 2014, que altera a Circular 3.644 de 4 de março de 2013.

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas a variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, gestão de capital, PR e PRE.

O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

25. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de fevereiro de 2014 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) no montante global de até R\$300.000 para o exercício de 2014, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. As propostas foram objetos de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2014.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas. (Nota 34.f).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Remuneração Fixa	53.420	48.293
Remuneração Variável	87.040	91.458
Outras	15.076	13.971
Total Benefícios de Curto Prazo	155.536	153.722
Remuneração Baseada em Ações	23.697	30.841
Total Benefícios de Longo Prazo	23.697	30.841
Total (1)	179.233	184.563

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Em 2013, foram pagos aos Administradores da Santander Brasil Asset o montante de R\$3.214 sem considerar os encargos (Nota 36.g).

Adicionalmente, em 2014, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$28.584 (2013 - R\$28.386).

b) Rescisão do Contrato

À extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;
- IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	31/12/2014		
				Total Ações	Total Ações (%)	
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318	28,0%
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%
Banco Santander, S.A. (1)	518.207	13,4%	519.089	13,9%	1.037.296	13,6%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) (1)	3.758	0,1%	179	-	3.937	0,1%
Qatar Holding, LLC (Qatar Holding)	196.462	5,1%	196.462	5,3%	392.924	5,2%
Funcionários	2.216	0,1%	2.239	0,1%	4.455	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	202.339	5,2%	230.120	6,2%	432.459	5,7%
Total em Circulação	3.840.238	99,3%	3.701.378	99,3%	7.541.616	99,3%
Ações em Tesouraria	29.612	0,7%	29.612	0,7%	59.224	0,7%
Total	3.869.850	100,0%	3.730.990	100,0%	7.600.840	100,0%
Free Float (2)	401.017	10,4%	428.821	11,5%	829.838	10,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários, Qatar Holding e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d.1) Exercício de Direito de Permuta pela Qatar Holding Luxembourg II S.A.R.L. (QHL)

Em 29 de outubro de 2013, QHL exerceu seus direitos de permuta relativos aos títulos obrigatoriamente permutáveis no montante total de US\$2.718.800 adquiridos através do exercício do direito de aquisição, datado de 28 de outubro de 2010, celebrado entre Banco Santander Espanha, como emissor, e QHL, como comprador. Como resultado do exercício dos direitos de permuta pelo QHL, em 7 de novembro de 2013, Qatar Holding, entidade controladora de QHL recebeu do Banco Santander Espanha 190.030.195 ADR de emissão do Banco Santander. Portanto, e considerando os já 6.431.575 ADR de emissão do Banco Santander detidos direta ou indiretamente por Qatar Holding até 7 de novembro de 2013, QHL (em conjunto com seus acionistas controladores, entidades controladas e sob controle comum) detém, a partir daquela data, um total de 196.461.770 ADR do Banco Santander, que representam 5,08% das ações ordinárias e 5,28% das ações preferenciais do Banco.

O exercício do direito à permuta pelo QHL não implicou em aumento do "free float" do Banco Santander.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Receitas		Despesas	
	Ativos	(Passivos)	Ativos	(Despesas)
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Disponibilidades	253.340	-	189.619	-
Banco Santander Espanha (2)	250.553	-	188.450	-
Banco Santander (México), S.A. (4)	-	-	2	-
Banco Santander Totta, S.A. (4)	2.787	-	1.167	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	39.914.916	2.925.083	40.006.489	2.857.499
Aymoré CFI (3)	27.176.767	2.794.436	28.481.445	2.777.263
Banco Santander Espanha (2)	10.503.679	11.621	10.438.660	15.860
CFI RCI Brasil (3)	1.847.224	117.531	1.086.384	64.373
Santander Brasil EFC (3)	387.246	-	-	-
Diversos	-	1.495	-	3
Títulos e Valores Mobiliários	48.932.843	4.575.852	38.647.624	2.880.429
Santander Leasing (3)	48.932.843	4.575.852	38.647.624	2.880.429
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(194.667)	734.504	(190.819)	475.886
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux) (4)	291.965	389.033	91.959	319.708
Banco Bandepe (3)	144.592	265.064	(127.801)	38.897
Banco Bandepe (3)	(468.246)	(15.355)	(117.683)	(16.120)
Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) (4)	(871)	16.117	(61.885)	4.015
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) (4)	(344.504)	(3.925)	46.524	15.990
Banco Santander Espanha (2)	(7.906)	681	29.370	(4.053)
Santander Paraty (3)	(22.911)	-	(17.157)	-
Santander FI Diamantina (2)	213.214	82.870	149.419	117.544
Santander Leasing (3)	-	19	353	(5)
Operações de Crédito	6.440	1.702	24.627	879
Cibrasec (5)	6.440	1.702	24.627	879
Dividendos e Bonificações a Receber	181.528	315.704	81.826	385.164
Banco Bandepe (3)	-	35.700	-	59.800
Aymoré CFI (3)	23.529	52.000	-	122.400
Santander Brasil Consórcio (3)	-	-	-	5.290
Santander Leasing (3)	-	189.686	-	106.648
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3) (6)	179	-	-	1.260
CFI RCI Brasil (3)	19.158	22.538	18.768	19.546
Santander Participações (3)	795	-	34.000	40.000
Sancap (3)	64.911	-	21.892	-
Santander Serviços (3)	72.784	-	7.166	16.922
Santander CCVM (3)	-	15.780	-	11.600
Diversos	172	-	-	1.878
Negociação e Intermediação de Valores	-	1.072	159.343	4.720
Santander Benelux (4)	-	4	19.162	195
Abbey National Treasury (4)	-	5	18.998	25
Banco Santander Espanha (2)	-	1.063	121.183	4.500
Carteira de Câmbio - Líquida	570.170	52.703	(174.245)	(270.364)
Banco Santander Espanha (2)	480.179	(31.776)	(174.245)	(270.364)
Santander Benelux (4)	89.991	84.479	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	630.648	703.991	463.829	688.438
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (6)	613.211	6.575	399.045	6.072
Santander Capitalização S.A. (3)	16.901	187.974	17.866	206.362
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (6)	-	-	43.865	-
Aymoré CFI (3)	-	371.885	-	320.631
Santander CCVM (3)	-	69.791	-	55.840
Santander Leasing (3)	-	22.345	-	40.478
Webmotors S.A. (7)	-	1.289	-	8.295
Santander Brasil Asset (8)	-	4.974	3.053	13.369
Santander Serviços (3)	-	8.298	-	13.914
Santander Microcrédito (3)	-	8.219	-	7.667
Santander Brasil Consórcio (3)	-	10.166	-	8.192
Santander Participações (3)	-	3.368	-	4.328
Diversos	536	9.107	-	3.290
Reservado não Operacional	-	-	-	2.054.999
Capital Riesgo Global (10) (Nota 14, 32 e 36.h)	-	-	-	47.161
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (8) (Nota 14, 32 e 36.g)	-	-	-	2.007.838
Outros Créditos - Diversos</				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	5.422.583	5.327.864
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.196.915	2.115.250
Comunicações	526.281	589.098
Processamento de Dados	1.316.589	1.300.519
Propaganda, Promoções e Publicidade	394.353	377.865
Aluguéis	693.281	721.723
Transportes e Viagens	161.226	182.324
Serviços do Sistema Financeiro	290.439	318.420
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	573.807	570.267
Manutenção e Conservação de Bens	191.264	188.737
Água, Energia e Gás	162.182	162.159
Material	85.536	98.202
Outras	259.965	259.883
Total	12.274.421	12.212.311

⁽¹⁾ Inclui a amortização de ágio no valor de R\$3.688.785 (2013 - R\$3.636.985), realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 16).

29. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Despesa com Cofins ⁽¹⁾	1.207.945	1.280.460
Despesa com ISS	350.446	343.566
Despesa com PIS/Pasep ⁽¹⁾	205.469	205.066
Outras ⁽²⁾	923.588	638.891
Total	2.687.448	2.467.983

⁽¹⁾ Em 2013, inclui o valor de R\$62.589 referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/2013 nos artigos 17 e 39 (Nota 22.e).

⁽²⁾ Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

30. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Atualização de Depósitos Judiciais	304.875	257.713
Atualização de Impostos a Compensar	265.808	153.199
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	909.739	738.472
Varição Monetária Ativa	658.232	350.254
Outras	674.712	329.225
Total	2.813.366	1.828.863

⁽¹⁾ Em 2013, inclui R\$560.362 referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.865/2013 nos artigos 17 e 39 (Nota 22.e).

31. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 22.c)	239.782	132.985
Trabalhistas (Nota 22.c)	839.628	504.108
Cíveis (Nota 22.c)	687.984	607.575
Despesas com Cartão de Crédito	1.590.129	1.339.070
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 34.a)	213.780	260.733
Varição Monetária Passiva	17.254	68.538
Despesas Judiciais e Custas	104.882	116.965
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	65.091	69.495
Corretagens e Emolumentos	68.748	56.991
Comissões	102.680	102.399
Avaliação do Valor Recuperável ⁽¹⁾	10.879	349.030
Outras	1.177.132	1.235.201
Total	5.117.969	4.843.090

⁽¹⁾ Em 2013, inclui perda não recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$63.196 e de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais no valor de R\$285.834. A perda referente aos direitos na aquisição de folhas de pagamento foi registrada em decorrência da redução do valor do retorno esperado na gestão das folhas de pagamento e do histórico de quebra de contratos. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

32. Resultado não Operacional

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado de Investimentos ⁽¹⁾	-	47.303
Resultado na Alienação de Valores e Bens ⁽²⁾	100.244	122.705
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	1.016	96.737
Despesas com Bens não de Uso	(4.007)	(7.064)
Ganhos (Perdas) de Capital	(2.336)	(3.313)
Outras Receitas (Despesas) ^{(3) (4)}	48.232	877.255
Total	143.149	1.133.623

⁽¹⁾ Em 2013, inclui o lucro na alienação da MS Participações no valor de R\$47.161 (Nota 14, 25.e e 36.h).

⁽²⁾ Em 2013, inclui o valor de R\$121.391 referente ao lucro na venda de imóveis para o Fundo Imobiliário Santander Agências. Este fundo possui administração e gestão por terceiros.

⁽³⁾ Em 2013, inclui R\$985.328, referente à constituição de fundo para cobrir os impactos dos projetos que visam melhorar a produtividade operacional e a eficiência.

⁽⁴⁾ Em 2013, inclui o valor de R\$2.007.838 referente ao ganho na venda da Santander Brasil Asset e das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas (Nota 14, 25.e e 36.g).

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.583.790	283.933
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(940.145)	(888.919)
Juros sobre o Capital Próprio	(690.000)	(300.000)
Resultado antes dos Impostos	(46.355)	(904.986)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	18.542	361.995
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	389.913	232.599
Despesas Indevidáveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	86.206	(233.489)
Varição Cambial de Investimentos no Exterior	920.694	1.296.778
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias	168.002	614.249
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(74.098)	(41.588)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.509.259	2.230.544

⁽¹⁾ A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

⁽²⁾ No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

34. Plano de Aposentadoria a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego
a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) Bandedev - Bandedev Previdência Social (Bandedev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandedev e Banco Santander, administrado pela Bandedev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandedev e para os demais desde o ano de 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes e possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Fundação América do Sul de Assistência e Segurança Social (Fasass): entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios previdenciários, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual PREVIC, foram concretizados em julho de 2009. Plano I fechado para novas adesões desde 23 de março de 1998 e planos II e III desde 8 de julho de 1999. Esse plano está em processo de baixa junto à PREVIC, com previsão de autorização daquele órgão para 2015. Adicionalmente, o Banco Santander é patrocinador das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindo do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídas sob a modalidade de benefício definido. Esses planos estão em processo de transferência para o Banesprev, com previsão para ocorrer em 2015, porém dependem de aprovação da PREVIC. Em outubro de 2014 houve a liquidação da reserva matemática de 55 participantes.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	31/12/2014		
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(15.852.069)	(357.428)	(351.785)
Valor Justo dos Ativos do Plano	13.652.363	615.896	3.885
	(2.199.706)	258.468	(347.900)
Sendo:			
Superávit	151.075	258.468	504
Déficit	(2.350.781)	-	(348.404)
Valor não Reconhecido como Ativo	151.075	258.468	504
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	(2.350.781)	-	(348.404)
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	(2.350.781)	-	(348.404)
Contribuições Efetuadas	280.310	-	66.250
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(177.605)	-	(35.715)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.739.780)	(10.989)	(168.626)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.504.221	125.441	1.145

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais

Valor Justo dos Ativos do Plano

Sendo:

Superávit

Déficit

Valor não Reconhecido como Ativo

Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)

Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)

Contribuições Efetuadas

Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2014		
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos
Experiência do Plano	(479.188)	(29.737)	(22.326)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(427.500)	(8.656)	(6.151)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(906.688)	(38.393)	(28.477)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	88.630	67.506	822
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	88.630	67.506	822

	31/12/2013		
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos
Experiência do Plano	102.711	(77.254)	(11.095)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	4.154.270	81.663	61.771
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	8.912	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	4.256.981	13.321	50.676
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(2.758.047)	(36.994)	(62)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(2.758.047)	(36.994)	(62)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

	Duration (em Anos)	
	31/12/2014	31/12/2013
Banesprev Plano I	11,45	12,66
Banesprev Plano II	11,27	11,86
Banesprev Plano III	8,60	8,66
Banesprev Plano IV	17,34	16,70
Banesprev Plano V	8,92	9,42
Banesprev Pré-75	9,64	10,17
Sanprev I	6,68	7,15
Sanprev II	16,75	17,87
Sanprev III	9,30	9,64
Bandedev Básico	9,48	10,07
Bandedev Especial I	6,94	7,54
Bandedev Especial II	6,80	7,47
SantanderPrevi	7,15	7,63
Meridional	6,65	7,27

a.1) Plano de Contribuição Definida

Dentre os planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelo Banco no exercício de 2014 foram de R\$64.020 (2013 - R\$63.714).

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela SantanderPrevi: para o plano de assistência médica Aposentadoria SantanderPrevi, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento ele assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandedev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandedev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há inclusão, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): para os Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Plasas: esse plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar, após aprovação em Assembleia com os participantes foi decidida a sua extinção o que ocorreu em 19 de dezembro 2014.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(5.339.422)	(530.146)	(4.842.701)	(487.957)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.723.031	-	4.319.363	138.065
	(616.391)	(530.146)	(523	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013: plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objetivo o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirá na entrega em "Units".

Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados às suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	PSP 2013	Plano SOP, PI12 - PSP, PI13	- PSP, PI14 - PSP (1)	SOP 2014 (2)
	% de Ações Passíveis de Exercício			
1º	100%	50%	100%	100%
2º	75%	35%	75%	75%
3º	50%	25%	50%	50%
4º	-	-	-	25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescentes das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

Método de Avaliação	PSP - 2013	PI14 - PSP	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Volatilidade	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Probabilidade de Ocorrência	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Taxa Livre de Risco	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

Método de Avaliação	SOP 2013	SOP 2014	Plano SOP
Volatilidade	Black&Scholes	Black&Scholes	Binomial
Volatilidade	40,00%	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	3 Anos	3 Anos	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos	5 Anos	3,72 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$5,96	R\$6,45	R\$7,19

O preço médio das ações SANB11 em 31 de dezembro de 2014 é de R\$15,06 (31/12/2013 - R\$14,07).

Em 2014, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$3.501 (2013 - R\$42.976), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e R\$2.577 (2013 - R\$5.169), referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$1.415 (2013 - R\$318) como despesa de pessoal. As despesas relacionadas aos planos SOP e PSP são reconhecidas em contrapartida no patrimônio líquido e em outras obrigações, respectivamente.

Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/dez/2012	25.915.376				
Opções Canceladas (PI13 - PSP)	(971.238)	2011	Executivos	03/02/10	30/06/13
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(86.465)	2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Canceladas (SOP 2014)	(2.352.431)	14.31	2011	Executivos	26/10/11
Opções Concedidas (SOP 2013)	12.240.000	14.43	2013	Executivos	02/05/13
Opções Concedidas (ILP 2013)	2.456.000	2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Exercidas (PI13 - PSP)	(324.760)	2011	Executivos	03/02/10	30/06/13
Opções Canceladas (SOP 2013)	(1.197.255)	14.43	2013	Executivos	02/05/13
Opções Canceladas (ILP 2013)	(6.800)	2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Canceladas (PSP 2013)	(18.197)	2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Saldo dos Planos em 31/dez/2013	35.654.230				
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(1.536.735)	2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Canceladas (SOP 2014)	(13.300.678)	14.31	2011	Executivos	26/10/11
Opções Canceladas (SOP 2013)	(804.121)	14.43	2013	Executivos	02/05/13
Opções Canceladas (PSP 2013)	(163.544)	2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Concedidas (PSP 2013)	295.957	2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Canceladas (SOP)	(4.903.768)	23.50	2010	Executivos	03/02/10
Opções Exercidas (PI14 - PSP)	(180.574)	2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Exercidas (SOP Entrega 2014)	(1.230.303)	2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
Saldo dos Planos em 31/dez/2014	13.830.464				
SOP Entrega 2014	1.028.425	14.31	2011	Executivos	26/10/11
SOP 2013	10.238.623	14.43	2013	Executivos	02/05/13
PSP 2013	2.563.416	2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Total	13.830.464				

(f.2) Programa Global

Política de Incentivo a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Banco Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Consolidado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários. Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12/PI13 e PI14). Portanto a partir de 2009 haverá o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano.

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12, o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Volatilidade Esperada (*)	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Taxa de Juros sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente, uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Quantidade de Units	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/dez/2012	1.070.122			
Opções Canceladas (PI13)	(14.209)	2010	Executivos	01/07/2010
Opções Canceladas (PI14)	(676.228)	2011	Executivos	01/07/2011
Saldo dos Planos em 31/dez/2013	379.685			
Opções Canceladas (PI14)	(379.685)	2011	Executivos	01/07/2011
Total em 31/dez/2014	-			

Em 2014, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$7.351 (2013 - R\$3.144), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

(f.3) Remuneração Variável Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 7 de fevereiro de 2012.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 15 de fevereiro de 2013.

Em 24 de abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 3 de junho de 2013.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em 3 programas:

a) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metado em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metado em ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registradas despesas no valor de R\$39.209 (2013 - R\$9.763), referente a provisão do plano foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$2.798 (2013 - R\$1.748) como despesas de pessoal.

b) Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do "Coletivo Supervisionado", o valor diferido será pago 100% em dinheiro, atrelado ao desempenho futuro das Units "SANB11". No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registrados créditos no valor de R\$10.639 (2013 - despesas de R\$67.771).

c) Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado de 110% a 120% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registradas despesas no valor de R\$40.793 (2013 - R\$1.118).

35. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander no Brasil segue o modelo do Banco Santander Espanha, que se apoia em uma gestão de risco prudente e com a definição do apetite de riscos por parte da Administração atendendo ao regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Nessas operações o Banco está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidade a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam: o fortalecimento do ambiente de controles internos; prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio do Banco Santander.

- Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e de boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco Santander.

- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio. O responsável pela Divisão de Riscos do Banco reporta-se diretamente ao Comitê Executivo e ao Conselho de Administração;

- Envolvimento da Direção nas tomadas de decisão;

- Consentimento nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;

- Decisões tomadas coletivamente, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;

- Tradição bem estabelecida no uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência, com rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários extremos, etc.;

- Enfoque global, por meio do tratamento integrado de todos os fatores de risco em todas as unidades de negócio e pela utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e base para a medição da gestão realizada; e

- Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

- Manutenção de um perfil de risco médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:

- A busca de um elevado grau de diversificação dos riscos, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias;

- Manutenção de baixo grau de complexidade na atividade de mercados; e

- Atenção contínua ao acompanhamento dos riscos para prevenir possível deterioração das carteiras.

Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos Comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os padrões corporativos e possui as seguintes responsabilidades desenvolvidas em suas reuniões semanais:

- Assegurar que as políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos;

- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;

- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Banco Santander Espanha;

- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções; e

- Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos demais níveis da Administração e definir os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Riscos, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. Na estrutura organizacional do Banco, a função de Riscos é representada por uma vice-presidência independente da área de negócios, que se reporta diretamente à presidência do Banco, sendo fundamental para que se tenha uma visão e controle independentes de risco.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos; e

- Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

Gerenciamento de Risco de Crédito

Sua função é a de desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos de Crédito e Mercado. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, individualmente ou agrupados por semelhança.

A especialização da função de riscos do Banco baseia-se no tipo de cliente e, assim, no processo de gestão dos riscos, faz-se uma distinção entre dois segmentos de clientes: individualizados e clientes padronizados (gestão estandarizada).

- Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido e que preparará as análises, encaminhará ao Comitê e fará o acompanhamento da evolução do cliente; e

- Clientes com gestão padronizada (estandarizada): pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, são procedimentos aplicados pelo Banco para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do Bacen e visando maximizar a criação de valor para os acionistas.

Do ponto de vista econômico, dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital de acordo da regra de Basileia III, o Banco utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com a finalidade de obter uma maior precisão na gestão de risco e alocação de capital entre diversas unidades do Conglomerado Santander, permitindo uma avaliação de desempenho que considera os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander Espanha.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Os planos de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referência para o plano de contingência (securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos, etc.) necessário para atingir seus objetivos.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de score/rating internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como *Low Default Portfolios* (Baixa probabilidade de inadimplência). Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e clientes globais do atacado (GBM), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o rating de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um rating em cada país, baseada nos mesmos módulos que os ratings anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As próprias ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente ajustadas.

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de scoring que atribuem automaticamente uma nota às operações propostas.

Esses sistemas de aprovação de empréstimos são complementados com modelos de rating de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Perdas e Custo de Crédito

O Banco estima periodicamente as perdas relacionadas ao risco de crédito e as compara com as perdas efetivas realizadas. Análises periódicas de controle são realizadas com o objetivo de manter o controle sobre o risco de crédito atualizado e de abrir exceções ou renegociar certas operações, sendo possível também aumentar o nível de garantia quando necessário.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A implementação da Incorporação representa uma etapa relevante do processo de simplificação, integração e consolidação das operações de captura e processamento das atividades de meios de pagamento do Grupo Santander no Brasil. As vantagens da nova estrutura são maior flexibilidade na gestão do negócio com nova abordagem comercial mais completa e aumento da alavancagem operacional com ganhos de escala.

A Incorporação se deu com base no Balanço de 31 de julho de 2014, especialmente elaborado para fins da Incorporação e as variações patrimoniais verificadas entre 1 de agosto de 2014 a 31 de agosto de 2014 foram apropriadas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Balanço Patrimonial Resumido em 31 de Julho de 2014

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	272.491	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	396.205
Disponibilidades	21.720	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.574
Outros Créditos	247.388	Obrigações por Empréstimos	169.702
Outros Valores e Bens	3.383	Outras Obrigações	221.929
Ativo Permanente	166.609	Patrimônio Líquido	42.895
Investimentos	6.129		
Imobilizado	99.674		
Intangível	60.806		
Total	439.100	Total	439.100

c) Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

No dia 30 de julho de 2014 o Banco, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado ("Entidade").

Uma vez atendidas as condições suspensivas para a conclusão da operação, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes, o Banco Bonsucesso transferirá para a Entidade seu negócio de crédito consignado e cartão de crédito consignado, e a Aymoré CFI subscreverá e integrará ações representativas de 60% do capital social total e votante da Entidade após o aumento de capital, pelo valor de R\$460 milhões, tornando-se o acionista controlador, permanecendo o Banco Bonsucesso com a parcela remanescente do capital social (40%).

A associação foi aprovada pelo CADE no dia 2 de setembro de 2014 e ainda está pendente de aprovação pelo Bacen e Banco de Espanha.

d) Investimento na IZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (IZettle do Brasil)

Em 18 de julho de 2014, o Banco passou a deter uma participação de 50% no capital social da IZettle do Brasil, mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R\$17.240, o qual foi autorizado pelo Bacen em 3 de junho de 2014.

Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, o Banco Santander através de um aumento no capital social da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (atual denominação social da Santander Getnet) transferiu a valor contábil a totalidade das 5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da IZettle do Brasil por ele detidas, no montante de R\$17.240 ao capital social da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Nota 14).

A IZettle do Brasil é uma empresa de origem sueca que atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. Essa parceria foi realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012 entre Banco Santander Espanha e a IZettle do Brasil com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México.

Uma das soluções desenvolvidas pela IZettle permite aos estabelecimentos comerciais aceitarem pagamentos com cartões, por meio de *smartphones ou tablets*, através da utilização de uma aplicação gratuita acoplada a um leitor de cartões, convertendo assim o aparelho em um POS (terminal de aceitação de cartões de crédito/débito). O objetivo da parceria é permitir ao Banco atuar no mercado brasileiro de aceitação de pagamentos com cartão com foco direcionado para microcomércio e pessoas físicas, com uma solução inovadora, segura e agregada a uma oferta simples.

e) Novo Acordo de Acionistas da TecBan

No dia 18 de julho de 2014, foi publicado Comunicado ao Mercado para informar que os principais bancos de varejo do país, dentre eles o Banco Santander, por meio de suas subsidiárias, ("Acionistas"), assinaram em 17 de julho de 2014, um novo Acordo de Acionistas da TecBan ("Novo Acordo de Acionistas").

O Novo Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 anos contados de sua entrada em vigor, os Acionistas deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento ("TAA") pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TecBan, gerando aumento de eficiência, bem como, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. A entrada em vigor do Acordo de Acionistas deu-se em 14 de novembro de 2014 e esta sujeita a algumas condições suspensivas, dentre elas a aprovação dos órgãos reguladores competentes.

f) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (atual denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Em 19 de junho de 2014, o Banco publicou Comunicado ao Mercado para informar aos seus acionistas que foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.). A Operação está inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha, fundos de investimento do Warburg Pincus LLC, empresa líder de private equity, e o fundo soberano de Singapura Temasek. De acordo com os termos da parceria, Banco Santander Espanha detém 50% de uma sociedade holding que integrará os negócios de custódia das unidades do Grupo Santander localizadas na Espanha, no Brasil e no México. Os fundos do Warburg Pincus e Temasek detêm conjuntamente 50% da sociedade holding.

A conclusão da Operação de venda está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a celebração de contratos definitivos e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

g) Venda das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, Atualmente Desenvolvidas pela Santander Brasil Asset

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander concluiu a operação de venda de seu negócio de gestão de recursos de terceiros, atualmente desenvolvido pela Santander Brasil Asset ("Operação"), operação esta, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013, inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha e as líderes mundiais da área de private equity, Warburg Pincus e General Atlantic, a qual tem por finalidade impulsionar o crescimento global de sua unidade de gestão de recursos de terceiros. Essa Operação gerou um ganho ao Banco Santander de R\$2.008 milhões antes dos impostos (efeito tributário de R\$803 milhões).

Como parte do negócio, o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Santander Brasil Asset, sendo que, no âmbito da Operação, a atividade de gestão de recursos de terceiros, então conduzida pela Santander Brasil Asset, foi segregada da atividade de distribuição de fundos de terceiros e transferida para uma gestora constituída para esse fim ("Gestora").

Ainda como parte da Operação, foi celebrado entre a Gestora e o Banco Santander um acordo comercial estabelecendo as regras gerais relativas à gestão e a distribuição de produtos e serviços aos clientes do Banco Santander. O Banco Santander permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

h) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes atos societários:

- Em 9 de setembro de 2014 foi assinado, pela Webmotors S.A., um contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda. - ME ("Contrato") ("Aquisição"). O fechamento da Aquisição está condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Contrato, inclusive a aprovação prévia pelo Bacen.

- Em 7 de março de 2014 foi concluída a aquisição, pela sociedade Webmotors S.A., de 100% do capital social da KM Locanet Ltda. - ME ("Compreamto").

- Em 28 de fevereiro de 2014, o Banco Santander exerceu uma opção de compra para adquirir 97.669 ações ordinárias de emissão da BW Guirapá I S.A., alcançando a totalidade de 252.311 ações representativas em seu capital social.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	CONSELHEIROS	CONSELHEIROS INDEPENDENTES
Celso Clemente Giacometti	Jesús Maria Zabalza Lotina	Conrado Engel José Antonio Alvarez Alvarez José de Paiva Ferreira José Manuel Tejón Borrajo	Álvaro Antônio Cardoso de Souza Márcia Artimante Rocca Viviane Senna Lalli

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE
Jesús Maria Zabalza Lotina

DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS SÊNIOR

Conrado Engel	José de Paiva Ferreira
---------------	------------------------

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Angel Santodomingo Martell

DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS

Ignacio Dominguez-Adame Bozzano João Guilherme de Andrade So Consiglio Juan Sebastian Moreno Blanco	Manoel Marcos Madureira Oscar Rodriguez Herrero
---	--

DIRETORES EXECUTIVOS

Fernando Diaz Roldán Jose Alberto Zamorano Hernandez	José Roberto Machado Filho Maria Eugênia Andrade Lopez Santos
---	--

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Amancio Acúrcio Gouveia Ana Paula Nader Alfaya Carlos Alberto Seiji Nomoto Cassio Schmitt Cassius Schymura Ede Ilson Viani Eduardo Müller Borges	Flávio Tavares Valadao Gilberto Duarte de Abreu Filho Jamill Habibe Hannouche Javier Rodriguez De Colmenares Y Alvarez Jean Pierre Dupui Luiz Felipe Taunay Ferreira Mara Regina Lima Alves Garcia	Marcelo Zerbinatti Marcio Aurelio de Nobrega Mário Adolfo Libert Westphalen Mauro Cavalcanti de Albuquerque Mauro Siequeroli Nilton Sergio Silveira Carvalho Ramón Sanchez Díez	Reginaldo Antonio Ribeiro Roberto de Oliveira Campos Neto Ronaldo Yassuyuki Morimoto Sergio Antonio Borriello Sérgio Gonçalves Thomas Gregor Ilg Vanessa de Souza Lobato Barbosa
--	--	---	--

CONTADOR

Flamínio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual do Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável e outros representantes da Auditoria Interna em quatro ocasiões durante o segundo semestre e em janeiro de 2015, e, em diversas outras oportunidades, mediante a participação dos profissionais da Auditoria Interna nas demais reuniões do Comitê de Auditoria. Nas reuniões, o Comitê de Auditoria apreciou o planejamento e o programa de trabalho para 2014, e verificou os trabalhos executados, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas consideradas como "insuficientes" ou que "necessitam melhorar".

Auditoria Independente

Os auditores independentes são responsáveis pelo planejamento, execução da auditoria e emissão do relatório de auditoria ou revisões especiais trimestrais sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado. Como resultado dos seus trabalhos, a auditoria independente emite também o relatório sobre o sistema de controles internos e descumprimento de disposições legais e regulamentares na forma da Circular Bacen 3.467/09 e Lei Sarbanes Oxley - SOX. Com relação aos trabalhos da empresa de auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), o Comitê de Auditoria reuniu-se com ela, formalmente, em nove ocasiões no segundo semestre de 2014 e em janeiro de 2015. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre de 2014; práticas contábeis, eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria analisou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da proposta da Deloitte para realização de trabalhos relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras de 2014. Da mesma forma, o Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela Deloitte, para realização de outros serviços, para verificação quanto à inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. Reuniu-se, ainda, com o sócio da Deloitte para apresentar o resultado da avaliação de desempenho da Auditoria Independente realizada pelo Comitê de Auditoria, conforme regulamentação em vigor.

Ouidoria

Em decorrência da Resolução CMN 3.849/2010, que dispõe sobre as Ouvidorias para as instituições, os trabalhos executados no segundo semestre de 2014, foram apresentados e discutidos pelo Comitê de Auditoria. O relatório a ser encaminhado ao Bacen será apreciado em reunião agendada para fevereiro de 2015.

Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversos setores do Santander, aprofundando suas análises, ressaltando-se o seguinte: (i) com a Diretoria de Riscos Operacionais sobre os processos de segurança nos canais de atendimento; (ii) com a Diretoria de Operações e Serviços para conhecimento do processo de atualização e aprimoramento da qualidade do cadastro; (iii) com a Diretoria do Jurídico Contencioso visando uma atualização da evolução e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e adequado tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios; (iv) com a Diretoria de Compliance, sobre o Código de Conduta e controle das transações com partes relacionadas e aspectos de prevenção à lavagem de dinheiro e Lei Anticorrupção; (v) com a Diretoria de Finanças, com foco no processo de implantação dos requerimentos de Basileia, processos de gestão de risco de liquidez, juros, câmbio e capital; e, (vi) com a Diretoria Executiva de Risco de Crédito e Solvência, visando a atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados com as atividades do mesmo e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, levando em conta o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Santander relativas a 31 de dezembro de 2014, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A.

Comitê de Auditoria

São Paulo, 29 de janeiro de 2015

Celso Clemente Giacometti
Elidie Palma Bifano
Graham Charles Nye - Especialista Financeiro
René Luiz Grande - Coordenador